

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2008

ÍNDICE

1 - CENÁRIO MACROECONÔMICO	3
2 - AMBIENTE REGULATÓRIO	3
2.1 - Gestão Tarifária	4
3 - GESTÃO COMERCIAL	4
3.1 - Evolução do Número de Clientes	4
3.2 - Comportamento do Mercado	5
3.3 - Balanço de Energia Contratada	7
3.4 - Energia Comprada para Revenda	7
3.5 - Gestão de Faturamento	8
3.6 - Receita de Fornecimento de Energia Elétrica	8
4. INVESTIMENTOS	8
4.1 - Expansão de Rede	9
4.2 - Modernização	10
4.3 - Universalização	10
4.4 - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	10
4.5 - Eficiência Energética	11
5 - GESTÃO OPERACIONAL	12
5.1 - Qualidade no Fornecimento	13
5.2 - Agência Virtual	13
6 - GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	14
6.1 - Indicadores Empresariais	14
6.2- Endividamento	15
7 - GESTÃO DE PESSOAS	16
7.1 - Segurança e Medicina do Trabalho	16
7.2 - Capacitação e Desenvolvimento	17
8 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	17
9 - MERCADO ACIONÁRIO	17
10 - AUDITORIA INDEPENDENTE	18
BALANÇO SOCIAL	19

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da CELG Distribuição S. A. - CELG D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, com os respectivos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

O relatório reúne as principais atividades realizadas no decorrer do ano e demonstra os compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás, a qualidade dos serviços prestados, o bem-estar dos seus empregados, colaboradores e, de forma especial, de seus clientes.

A partir das diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado de Goiás, permeadas nos objetivos empresariais vislumbrados pelas subsidiárias integrais da CELGPAR, a atual administração fixou linhas de ação com vistas a promover a busca do reequilíbrio econômico-financeiro, sempre se pautando pela manutenção dos compromissos assumidos, notadamente aqueles voltados à comunidade e considerados essenciais, sem, contudo, desconsiderar os objetivos empresariais que imprimam práticas e processos modernos de gestão, adequados à dimensão da empresa e coerentes com a sua Visão, Missão e Valores.

A Administração persistiu na busca do equilíbrio econômico-financeiro, o que favoreceu a continuidade da implementação do planejamento estratégico, que além de perseguir esta meta, permitirá a realização de programas de investimento com vistas ao cumprimento das exigências da concessão, quanto aos aspectos relacionados ao cliente.

O Conselho de Administração da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, e a Diretoria Executiva desta Subsidiária Integral, acompanharam atentamente a evolução do contexto internacional e nacional relacionados a este exercício, discutindo cuidadosamente suas implicações para as subsidiárias e a Holding e, conseqüentemente, para o entorno competitivo da CELG D, em especial seu equilíbrio econômico e financeiro.

A continuidade e a consolidação de esforços foram essenciais para assegurar o grande objetivo permeado nas ações, para sustentação econômica e financeira. Buscou-se mediante apoio incondicional do Senhor Governador do Estado, sequenciar negociações para o recebimento de créditos perante o Poder Público Estadual. Disto dependem as perspectivas para o futuro e não apenas para 2009, que é visto como um ano de grandes desafios, mas principalmente, de grandes oportunidades para a CELG D.

Os recursos decorrentes das negociações em epígrafe serão direcionados para a liquidação de passivos onerosos e dívidas intra-setoriais, em especial com o grupo Eletrobrás. Estas ações deverão ser concluídas ainda no primeiro semestre de 2009, configurando processo que envolveu a participação desta Administração, de autoridades do Estado de Goiás e do Governo Federal, técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional e do BNDES. Em suma, a CELG D reafirma com seriedade e disciplina a disposição de regularizar seus investimentos.

É esse espírito - o jeito CELG de encarar dificuldades como estimulantes desafios e grandes oportunidades essenciais à conquista dos objetivos delineados - que se vislumbrou para 2008 e anos vindouros, traduzindo-se no profundo comprometimento com acionistas, clientes, colaboradores e empregados, que contribuíram de forma efetiva para que as atividades desenvolvidas trilhem os caminhos seguros da eficiência e da qualidade, em plena sintonia com as exigências do mercado.

Enio Andrade Branco
Presidente

1 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

A conjuntura econômica brasileira frente ao quadro mundial após a crise de sub-prime é de expectativa frente aos desequilíbrios externos. O clima de desconfiança tem chamado a atenção do Governo Federal, com vistas à adoção de uma política mais agressiva, principalmente no que concerne ao incentivo em investimentos na área de infra-estrutura.

Em função disso, o ano de 2008 ficou marcado pelos impactos percebidos com a redução das linhas de crédito bancário, aumento do custo de financiamento, alta do risco Brasil e desvalorização cambial, impactando as trajetórias, da inflação e da dívida pública, restringindo a capacidade de crescimento do mercado interno e afetando o nível de emprego. A taxa básica de juros SELIC acumulou variação no ano, em 12,48%, ante 11,88% no final de 2007. O IGPM, índice utilizado para o reajuste das tarifas de energia elétrica, fechou o ano em 9,81%, maior taxa desde 2004, e ficou 2,06 pontos percentuais face ao registrado em 2007 (7,75%).

A crise global abortou o maior ciclo de crescimento sustentado da economia brasileira desde o Real e fez o Produto Interno Bruto (PIB) do País cair 3,6% no último trimestre de 2008 na comparação livre de influências sazonais com o terceiro trimestre. Foi o pior desempenho da atual série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1996. Apesar da freada brusca no final do ano, o PIB cresceu 5,1% em 2008, pouco menos que os 5,7% de 2007. A expansão seria bem mais vigorosa não fosse a crise: até setembro, a taxa acumulada era de 6,4%. Em relação ao quarto trimestre de 2007, o PIB subiu 1,3%, contra os 6,8% do terceiro trimestre.

Os indicadores apontam crescimento para o ano de 2009. Apesar da desaceleração verificada frente ao resultado de 2008, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do país será melhor, que a média mundial de crescimento. Estima-se que a inflação permanecerá em níveis normais, esperando-se que o índice medido pelo IPCA fique em torno de 4,52%, em razão da forte redução dos preços internacionais de commodities, desvalorização da taxa média de câmbio e elevação dos preços de alguns setores da economia, mediante a redução da taxa básica de juros SELIC e diminuição dos preços dos combustíveis.

Então 2009 será um ano de transformações. A intensidade e a velocidade das mudanças dependem em parte das ações que o governo e as empresa adotem. O setor público deve ter uma queda de arrecadação e menos margem de manobra para mais gastos. Por outro lado, a desaceleração da economia aumenta a pressão política para mudanças e avanços, mesmo que pequenos, no quadro institucional.

Os impactos da crise no setor elétrico irão depender da intensidade (queda do PIB) e duração. O governo está adotando e irá intensificar medidas e instrumentos anticíclicos, como todos os países do mundo. O Brasil tem vantagens em função dos bons fundamentos da sua economia. Se o governo mantiver os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as políticas sociais - Bolsa Família e Luz para Todos, etc. - a desaceleração do PIB será bem menor do que nos países desenvolvidos.

No cenário regional, pode-se dizer que o Estado de Goiás, com marca registrada no setor primário e avanços consideráveis no setor secundário e terciário, se destacou em 2008, tornando-se o 6º na produção de aves no país e amostra considerável na produção de suínos e bovinos. Para Goiás 2008 foi o melhor ano para a geração de emprego formal, sendo destaque na indústria alimentícia, grande responsável pelo bom desempenho da indústria local, com as exportações fechando em US\$ 4,0 bilhões. Bons resultados são esperados para o PIB 2008 e 2009, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 12,89 bilhões.

2 - AMBIENTE REGULATÓRIO

Os impactos da crise econômico-financeira (inter) nacional serão diferenciados entre os dois mercados - ACL (mercado livre) e ACR (mercado regulado). No mercado livre, já se verifica um desestressamento rápido e forte, medido pelo preço da energia negociado nos contratos bilaterais. Dados divulgados na imprensa indicam queda de R\$ 200 para R\$ 130 o MWh. Este mercado fica

mais calmo, mas quem fez previsão de escassez de oferta vai perder. Para analistas, esse desestresse pode permitir que o governo analise propostas dos agentes, sendo que a mais importante, neste momento e nestas condições, é criar mecanismo de venda de energia ociosa vinculada a contratos bilaterais. No mercado cativo, dada a sua forma consistente e amarrada de contratação, a desaceleração da demanda de energia elétrica não irá gerar problemas graves.

Merece destaque o aumento das tarifas que estão com contratos vinculados à Itaipu, pois a valorização do dólar vai pesar no reajuste. O IGP-M vai impactar a parcela B de todas as concessionárias, mas como seu comportamento deve apresentar tendência para baixa, o impacto tarifário vai depender da data do reajuste.

2.1 - Gestão Tarifária

No Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 2008, com vigência a partir de 12 de setembro do mesmo ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 704, de 09.09.2008, reajustou as tarifas em 7,87%, sendo 5,89% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 1,98% referente aos componentes financeiros. O principal efeito sobre os financeiros, critério adotado pela ANEEL no cálculo da CVA, foi a quitação de débitos a partir da data de assinatura dos contratos de renegociação de dívidas.

Vale ressaltar que, o efeito médio para o consumidor, com aplicação do reajuste, seria de 10,41%, mas por estar em situação de inadimplemento, a empresa não pôde aplicá-lo, permanecendo com as tarifas congeladas.

3 - GESTÃO COMERCIAL

3.1 - Evolução do Número de Clientes

Em 2008, a CELG D registrou 2.133 mil clientes, tendo o número total de consumidores cativo apresentado um crescimento de 4,16% em relação ao ano anterior, o que significa um incremento de 85.191 novos consumidores, dentre os quais, 72.157 residenciais, 6.590 comerciais e 6.130 da classe rural.

Classe de Consumo	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/2007
Residencial	1.553.905	1.606.019	1.653.908	1.705.600	1.777.757	4,23
Industrial	14.928	13.842	13.181	12.055	11.606	(3,72)
Comercial	141.440	145.828	152.041	165.383	171.973	3,98
Rural	127.595	134.320	142.678	148.800	154.930	4,12
Outras Classes	14.826	15.486	16.090	16.411	17.174	4,65
Total s/ Suprimento	1.852.694	1.915.495	1.977.898	2.048.249	2.133.440	
Suprimento	5	5	3	2	2	
Número total de clientes ativos	1.852.699	1.915.500	1.977.901	2.048.251	2.133.442	4,16

Fonte: DC-DPCL

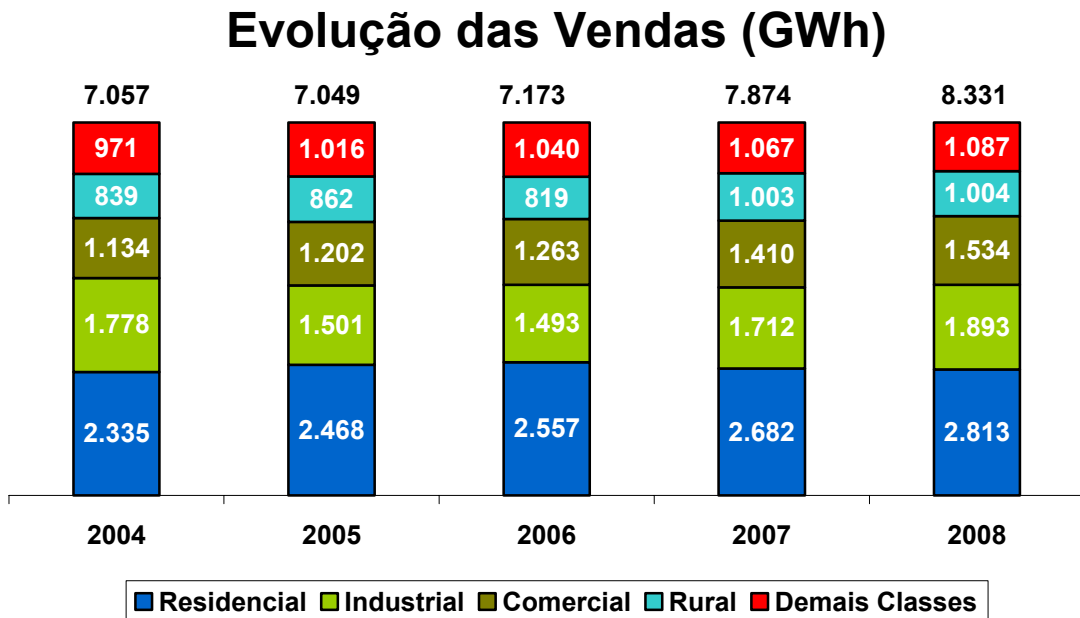
A redução do número de consumidores da classe industrial vem ocorrendo desde 2002 e se deve às reclassificações feitas por opção dos próprios consumidores, que se transferem para classe rural, por exemplo, como resposta ao sinal tarifário mais barato. Este é o caso de algumas unidades de resfriamento de leite, que antes eram cadastradas na classe industrial e estão mudando para a subclasse Indústria Rural, pertencente à classe rural. Além do mais, alguns consumidores migraram do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

3.2 - Comportamento do Mercado

O consumo de energia faturado pela CELG D no ano de 2008 apresentou um crescimento de 5,81% em relação ao ano de 2007, demonstrando um desempenho satisfatório, já que no ano de 2007 teve uma variação muito forte em relação ao ano de 2006, com expressivos 9,77% de variação.

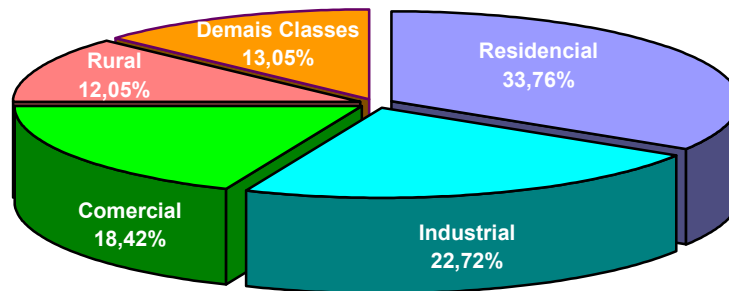
As taxas de crescimento das classes industrial e comercial, com variações de 10,56% e 8,79%, respectivamente, foram as principais contribuintes. A classe rural praticamente manteve o nível de consumo verificado no ano anterior, apresentando uma variação de apenas 0,12%, demonstrando um forte efeito base, já que em 2007 obteve uma taxa de crescimento de 22,47%. O consumo residencial, por sua vez, cresceu dentro de sua normalidade, 4,88%, enquanto as outras classes somadas - poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio - apresentaram variação de 1,94%.

O gráfico abaixo demonstra o histórico do consumo cativo faturado mensal da CELG D nos anos de 2004 a 2008



A participação (%) por classe no consumo total faturado pela CELG D em 2008 pode ser melhor visualizada no gráfico a seguir:

Participação % por Classe no Consumo Total Cativo - 2008



■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais Classes

O consumo residencial da CELG D apresentou variação de 4,88% no ano de 2008, igualando-se ao índice ocorrido em 2007. Das dez microrregiões pesquisadas, todas apresentaram variação positiva. A maior ocorreu na região Noroeste, com uma taxa de 7,04%, enquanto a menor ocorreu na Nordeste, com 1,40%. A região Metropolitana, que sozinha responde por mais de 46% de todo o consumo residencial faturado pela CELG D, teve seu total acrescido em 4,37%, índice inferior ao registrado em 2007, que foi de 5,39%.

O consumo industrial faturado pela CELG D apresentou crescimento de 10,56% em 2008, um pouco abaixo da variação de 14,66% ocorrida em 2007. Ressalte-se ainda, que este crescimento não contempla o consumo dos consumidores livres existentes em Goiás. Esse desempenho no consumo industrial se deu, sobretudo, pelo forte crescimento das atividades de Fabricação de Produtos de Minerais não Metálicos, 23,71%, da Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias, 21,36%, e, da Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel, 12,06%.

O desempenho do consumo cativo faturado da CELG D por classe, dos consumidores livres e também do suprimento, pode ser analisado a seguir:

Tabela - Consumo (Cativo + Livres + Suprimento) em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

Consumo faturado por classes de consumo - MWh						Varição
	2004	2005	2006	2007	2008	2008/2007
Residencial	2.334.594	2.468.455	2.557.020	2.681.889	2.812.687	4,88
Industrial	1.778.061	1.501.243	1.493.340	1.712.224	1.893.065	10,56
Comercial	1.134.031	1.201.687	1.263.349	1.410.212	1.534.177	8,79
Rural	839.170	861.802	818.661	1.002.590	1.003.761	0,12
<i>Tradicional</i>	482.161	508.762	522.701	581.362	582.386	0,18
<i>Irrigação</i>	357.009	353.040	295.960	421.228	421.375	0,03
Demais Classes	971.455	1.016.300	1.040.396	1.066.650	1.087.320	1,94
Mercado Cativo Total	7.057.311	7.049.487	7.172.766	7.873.565	8.331.010	5,81
Consumidores Livres ¹	160.114	496.621	629.203	688.649	685.216	-0,50
Cativo + Livre	7.217.425	7.546.108	7.801.969	8.562.214	9.016.226	5,30
Suprimento	63.385	63.713	61.645	70.791	74.380	5,07
Total Faturado	7.120.696	7.113.200	7.234.411	7.944.356	8.405.389	5,80

¹Atendido por outras concessionárias

Fonte: DC-DPCL

O consumo comercial também mostrou aquecimento, com variação de 8,79% em 2008, ficando abaixo do desempenho verificado de 11,62% em 2007. Tal movimento também foi acompanhado pelo volume de vendas no Estado, que apresentou um incremento de 8,8% no acumulado de janeiro a dezembro de 2008, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE), enquanto a receita nominal obteve um crescimento de 14,3%.

O consumo da classe Rural faturado pela CELG D praticamente manteve o mesmo patamar de consumo ocorrido em 2007, quando registrou expressivos 22,47% de crescimento, depois de ter passado por uma crise que assolou o campo nos anos de 2005 e 2006. Nesse contexto, o consumo da classe Rural, faturado pela CELG D em 2008, registrou um crescimento de 0,12%. Existe, portanto, um efeito base ligado ao desempenho do consumo Rural em 2008.

3.3 - Balanço de Energia Contratada

A energia total contratada pela CELG D é o montante total de energia necessário para atender seus consumidores cativos, o suprimento a outras concessionárias de energia, as perdas de energia (técnicas e não-técnicas) que ocorrem no sistema da distribuidora e o rateio das perdas na rede básica (excluindo serviço auxiliar de subestação da rede básica, e diferenças). Em 2008 foram contratados 9.851.461 MWh, representando um acréscimo de 6,74% em relação a energia comprada no ano anterior. As perdas de energia elétrica no sistema de distribuição da CELG D passaram de 11,33% em 2007 para 12,16% do mercado fio em 2008.

O requisito total de energia solicitado pela CELG D, onde se encontra a energia necessária no atendimento de seus consumidores cativos, para suprir outras concessionárias de energia elétrica, bem como as perdas em seu sistema de distribuição, foi de 9.665.848 MWh, indicando um incremento de 6,83% em relação a 2007.

Balanço de Energia contratada - MWh		2006	2007	2008	Var% 2008/2007
RECURSO					
1 Energia Contratada		8.721.216	9.229.016	9.851.461	6,74%
REQUISITO					
2 Consumidores Cativos		7.172.766	7.873.565	8.332.760	5,83%
3 Suprimento		61.645	70.791	74.380	5,07%
4 Perdas da Distribuidora		1.012.004	1.103.461	1.258.708	14,07%
5 Requesito da Distribuidora (5) = (2) + (3) + (4)		8.246.415	9.047.817	9.665.848	6,83%
6 Rateio de perdas na Rede Básica		191.544	184.397	197.581	7,15%
7 Diferenças: Serviço Auxiliar de Subestação da Rede Básica, Geração não registrada e Outros		25.015	3.198	11.968	274,23%
8 Venda de Energia Mercado de Curto Prazo		308.672	0	0	
9 Requesito Total (9) = (5) + (6) - (7) + (8)		8.721.616	9.229.016	9.851.461	6,74%

Cálculo de perdas da Distribuidora sob Mercado Fio - MWh

10 Requisito da Distribuidora	8.246.415	9.047.817	9.665.848	6,83%
11 Consumo de Consumidores Livres	629.207	688.648	685.216	-0,50%
12 Mercado Fio (12) = (10) + (11)	8.875.622	9.736.465	10.351.064	6,31%
13 Perdas da Distribuidora (13) = (4) / (12)	11,40%	11,33%	12,16%	0,83%

Fonte: DC-DPCL.

3.4 - Energia Comprada para Revenda

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o Decreto nº 5.563, de 30 de julho de 2004, regulamentam a comercialização de energia elétrica, que deve ser realizada preferencialmente por intermédio de leilões do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, com antecedência de até cinco anos. Em 2008, a CELG D participou de vários leilões de energia com o objetivo de cobrir as parcelas descontratadas no período de 2008 até 2013.

A tabela abaixo mostra a energia comprada para revenda e os montantes pagos de 2005 a 2008.

Energia comprada para revenda	2005	2006	2007	2008
1 Energia Contratada - MWh	8.566.685	8.721.216	9.229.016	9.851.461
2 Montante Faturado - R\$ mil	610.768	644.051	735.225	856.221
3 Preço Médio Anual - R\$/MWh	71,30	73,85	79,67	86,91

Fonte: DC-DPCL.

3.5 - Gestão de Faturamento

Em fevereiro de 2008, foi implantado oficialmente na CELG D o novo sistema de gestão comercial da empresa, o CBILL. Trata-se de um software de inovação tecnológica e integrada que visa dar suporte com mais qualidade dos serviços prestados, na forma de um melhor relacionamento com os clientes e com o tratamento eficiente de informações de Atendimento, Medição, Faturamento, Arrecadação, Contabilização, Cobrança, Relatórios e Controle de acompanhamento das atividades. Apesar do alto impacto que gera na empresa a troca de um sistema desse porte, a CELG D conseguiu vencer esse desafio sem grandes problemas.

3.6 - Receita de Fornecimento de Energia Elétrica

Detalhamento da Receita de Fornecimento de Energia

R\$ mil	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/2007
Residencial	745.133	944.591	1.047.206	1.169.344	1.157.345	(1,03)
Industrial	384.224	410.447	500.385	571.388	599.751	4,96
Comercial	380.390	481.376	526.291	592.870	618.272	4,28
Rural	145.728	177.277	178.788	215.075	227.597	5,82
Outras Classes	405.818	279.293	300.209	314.144	339.313	8,01
Total	2.061.293	2.292.984	2.552.879	2.862.821	2.942.278	2,78

Apesar do crescimento das vendas de energia (MWh) em 5,81%, a não aplicação do reajuste tarifário a partir de 12 de setembro de 2008 influenciou um crescimento na Receita de Fornecimento de Energia Elétrica de apenas 2,78%, para os clientes cativos da empresa em relação a 2007.

4. INVESTIMENTOS

Em 2008 o volume de investimentos da CELG D, no valor de R\$ 230.079 mil foi maior em 13,43%, quando comparado com 2007, que apresentou valor de R\$ 202.830 mil.

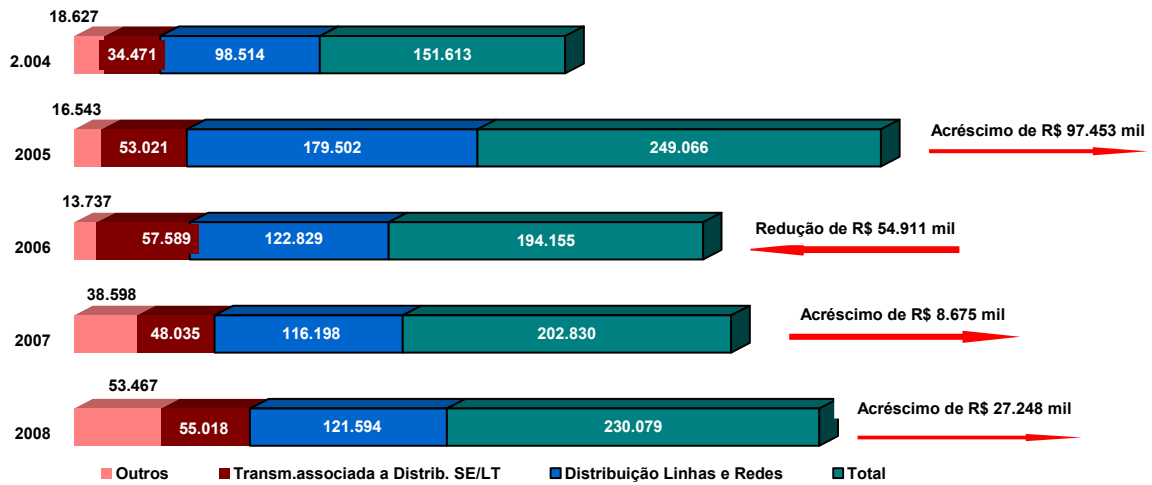
Evolução dos investimentos

R\$ mil	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/2007
Transm. associada a Distrib. SEs	28.130	37.301	37.636	36.753	46.195	25,69
Transm. associada a Distrib. LTs	6.341	15.720	19.952	11.282	8.823	(21,80)
Distribuição Linhas e Redes	98.514	179.502	122.829	116.198	121.594	4,64
Outros	18.627	16.543	13.737	38.598	53.467	38,52
Total	151.613	249.066	194.155	202.830	230.079	13,43

Fonte: DF-DPAP

Importante destacar os investimentos realizados com o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos (PLPT), em mais de R\$ 44.262 mil, contribuindo assim para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões atendidas.

Investimentos por área de aplicação (em R\$ mil)



4.1 - Expansão de Rede

A maior parte dos investimentos destinou-se para atividades de Distribuição - linhas e redes, em 52,85%, incluindo as redes do Programa Luz para Todos, seguida pelos investimentos em Transmissão, 23,91% e Outras, 22,24%.

4.1.1 - Principais Ativos Elétricos

	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/2007
Linhas de Transmissão - LT (km) *	5.733,90	5.874,00	6.003,00	5.382,40	5.385,20	0,05
Subestações - SE (Un) *	297	301	305	295	297	0,68
Potência Instalada (MVA) *	5.255,72	5.480,39	5.775,01	4.025,91	4.191,75	4,12
Rede de Distribuição Urbana - RDU (km) **	41.998,00	44.115,00	41.968,00	36.660,00	52.941,60	44,41
Rede de Distribuição Rural - RDR (km) **	131.431,00	136.449,00	144.989,00	141.981,01	132.647,08	(6,57)
Transformadores de Distribuição (Un)	147.670	166.767	167.852	178.178	188.034	5,53

* Em 2007, a redução decorreu da desverticalização da geração e transmissão que foram transferidos para a CELG G&T.

** Em 2007, devido à Nota Técnica N°. 352/2007 da Aneel, foi implementada a metodologia que separa as redes Celg em Urbano e Rural, através da plataforma GIS, diminuindo o quantitativo de redes rurais e aumentando o de redes urbanas.

Dentro do programa de obras de melhoria do sistema da CELG D, foram realizadas as seguintes obras em 2008:

- Linhas de Transmissão: energização da LT 138 kV Bela Vista - Pires do Rio (adequação), 0,401 km; LT 138 kV (Brasília Sul - Marajoara) - Santa Maria (desvio), 2,16 km; LT 69 kV (Jataí-Cabriúva) - Serra Azul, 8,237 km; e LT 69 kV Pires do Rio - Ipameri (adequação) 0,33 km;
- Subestações: implantação da SE Barro Alto: TR 69/34,5 kV - 5/6,25 MVA; ampliação da SE Bela Vista vão LT 138 kV p/ Pires do Rio; SE Santa Maria: chaveamento 138 kV; SE Cabriúva setor 69 kV, conexão c/ PCH Irara e SE Mara Rosa: vão LT 34,5 kV p/ Rio do Peixe e complementação da SE Jataí: vão LT 69;
- Subestações ou Linhas de Distribuição: 4 Subestações 13,8/34,5 kV; 6 Religadores em Vão de Saída de Subestações; 126 km de Redes de Distribuição, dentre projetos de novas linhas para interligação de subestações e para melhoria de sistema.

4.2 - Modernização

Em continuidade à preocupação de se posicionar a CELG D diante dos desafios da ambiência onde é gerido seu negócio e procurando atender as partes interessadas, a revisão do Mapa Estratégico para o período 2008-2011 manteve o foco no alcance do equilíbrio econômico-financeiro da empresa, e dentre as estratégias estabelecidas para o atendimento dos objetivos.

Outro aspecto de modernização foi a confirmação pelo Bureau Veritas Certification (BVC) da manutenção do Certificado ISO 9001 das 27 áreas já certificadas na empresa, bem como do Sistema de Gestão da Qualidade da CELG D, um sistema consolidado, com processos bem mapeados e trabalhadores comprometidos, além da significativa quantidade dos indicadores de eficácia.

Em 2008 na Operação do Sistema, foram integradas ao Sistema CELG D as subestações Serra Azul, Santa Maria e ampliadas e/ou melhoradas as subestações Jataí, Goiatuba, Barro Alto, Pires do Rio, Catalão e Itiquira entre outras. Ressalte-se a instalação no Centro de Operação do Sistema - COS, de um sistema digital de gravação de voz com 96 canais, permitindo o registro de todas as tratativas executadas via sistema de comunicação do COS e incrementando mais segurança nos processos.

No Sistema de Supervisão e Controle foram integradas, através de unidades terminais remotas, as subestações de Goiatuba, Jaraguá, Jataí, Marajoara, Barro Alto, Pires do Rio e Acreúna, de forma a garantir uma maior abrangência na supervisão destas subestações, possibilitando agilizar e dar maior segurança nas ações pertinentes à operação do sistema a partir do COS. Registra-se a implantação a SE Leopoldo de Bulhões do primeiro protótipo para análise e avaliação da automação da rede de distribuição.

Quanto à Tecnologia da Informação (TI), em 2008 foi implantado o novo sistema de gestão comercial da empresa, o CBILL, o novo GSUP (Gerência de Suprimento), o sistema AVAL2008 (Avaliação de pessoal), o SGT-Obras - em substituição ao antigo GEOB (Gerência de Obras), o SGT-Equipamentos - em substituição ao antigo GERD (Gerência de Rede de Distribuição), o SGT-Serviços - em substituição ao antigo GEMA (Gerência de Manutenção), o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital e LABO - que substituirá o sistema CROMA, de análise de resultados dos testes de laboratório para a área de Engenharia de Manutenção, além da consolidação do sistema GEMFI (Gerência de Empréstimos e Financiamentos) e do novo RIG (Relatório de Informações Gerenciais).

Ademais, na área de "TI" foram feitas a reformulação e reprogramação visual do Site de Internet e Agência Virtual (integrada ao Vapt-Vupt), a modernização do sistema da Comissão Permanente de Licitações e implantação do sistema de votação eletrônico - Cacelg, Conselho de Administração da CELGPAR e Sipat. Além do projeto de outsourcing de impressão, através da reestruturação do parque de impressão da CELG D e expansão do sistema de armazenamento de dados, aumentando a capacidade de 10 para 18 Terabytes.

4.3 - Universalização

Em 2008, a CELG D deu continuidade à Universalização da Energia na zona rural do Estado de Goiás com o Programa Luz Para Todos, onde foi investido um total de R\$ 44.262 mil em obras de redes de distribuição rural - RDR. Este total corresponde ao atendimento de 2.202 famílias, com a construção de 1.223,2 km de RDR em AT 15/35 kV, 6,5 Km de RDR em BT, instalação de 2.169 transformadores e implantação de 11.025 postes.

Iniciado em 2004, o Programa Luz para Todos leva energia aos domicílios localizados na zona rural, sem que o morador tenha que arcar com os custos de construção da rede elétrica. Com mais de 29 mil consumidores já beneficiados em todo o estado e investimentos na ordem de R\$ 222.961 mil, o Programa Luz Para Todos estima atender outras 10.076 ligações até o final de 2009. A CELG D pretende dar continuidade à Universalização da Energia em todo o Estado de Goiás.

4.4 - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Foram investidos R\$ 4,2 milhões, no desenvolvimento de produtos tecnológicos, destacando-se:

Ciclo 2004/2005:

- Monitoramento e avaliação do impacto das descargas atmosféricas sobre o sistema elétrico na área de concessão da CELG D;
- Supervisão do fornecimento de energia elétrica em média tensão através da tecnologia PLC de banda larga;
- Projeto e análise de desempenho de filtros para terceiro harmônico em instalações supridas pelo sistema secundário de distribuição;
- Torques vibracionais em motores de indução acionados por conversores de frequência;
- Otimização e controle automático de reativos em alimentadores e subestações de 13,8 e 34,5 kV: metodologia e projeto piloto;
- Efeito da carga de pré-esticamento na resistência à fadiga de cabos condutores de energia; e
- Desenvolvimento de metodologia para seleção técnica, ambiental e econômica entre as opções convencionais e a utilização de geração distribuída, a partir dos recursos renováveis existentes para atender o mercado consumidor.

Ciclo 2005/2006:

- Desenvolvimento de um Sistema para Medição e Monitoramento on-line da Corrente Resistiva de Pára-Raios de ZnO;
- Modelo de Atuação Preventiva e Corretiva de Falhas em Rede de Distribuição;
- Modelo Prático de Gerência para Plataformas de Telecomunicações Envolvendo Tecnologia PLC;
- Avaliação de falhas e defeitos ocorridos em transformadores de potência do sistema elétrico, com base em levantamento a ser realizado, e implementação de técnica de manutenção preditiva (ensaios de detecção de descargas parciais por emissão acústica), com realização conjunta de ensaios de cromatografia em amostras de óleo destes equipamentos;
- Transformador de Distribuição Inteligente - TDI;
- Software para Apoio ao Planejamento de Redes de Distribuição de Energia Elétrica;
- Redução dos Custos Operacionais pela Alocação Ótima de Equipamentos Telecomandados em Redes de Distribuição;
- Estudo de Distorção Harmônica em Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica;
- Proposta de Procedimento para Análise de pedidos de Ressarcimento, utilizando registros de perturbações;
- Modelo de Análise de Retorno e Risco de Contratos de Suprimento de Energia Elétrica;
- Estudo do risco regulatório associado às violações de tensão previstas na Res. ANEEL 505/01 e plano de gestão da conformidade da empresa em tais normas;
- Um Sistema Baseado em Regras para Apoio à Decisão;
- Desenvolvimento de Sistemas Remotos de Medição e Supervisão Inteligente da Energia Elétrica para qualquer tipo de Consumidor; e
- Curva QV como instrumento para determinação de compensação de potência reativa.

4.5 - Eficiência Energética

Em 2008, a CELG D realizou no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE) apresentado a ANEEL, os seguintes principais projetos:

- Substituição do chuveiro elétrico por energia solar em conjuntos habitacionais de consumidores de baixa renda (2004/2005, 2005/2006 e 2006/2007), com investimentos de R\$ 4.308 mil no ano de 2008;
- Eficiência Energética em Iluminação pública (ciclo 2004/2005), tendo como objetivo a substituição de 24.469 pontos de iluminação pública, com investimentos de R\$ 16 mil, referentes a custos de administração, pois o processo de contratação ainda não está concluído;
- Eficientização nos prédios da Embrapa - Arroz e Feijão (2004/2005), englobando o sistema de iluminação de 13 prédios, localizados no município de Santo Antônio de Goiás, a aproximadamente 15 quilômetros de Goiânia, objetivando uma economia de energia de 82

MWh/ano e uma redução de demanda de 39 KW, com investimentos de R\$ 28 mil em 2008, custos referentes à administração, pois o processo de contratação ainda não está concluído;

- Eficiência energética em sistemas de irrigação do tipo pivô - o projeto-piloto será implantado na Embrapa - Arroz e Feijão, com investimentos de R\$ 79 mil em 2008;
- Distribuição de lâmpadas fluorescentes compactas em regiões de baixos índices sociais, - este projeto tem como objetivo a substituição de 2 lâmpadas incandescentes de 60 W por fluorescentes compactas de 15 W em 38.367 consumidores residentes em regiões de baixos índices sociais, objetivando a redução de 2.244 kW na demanda de ponta e 5.041 MWh/ano de energia economizada, com investimentos de R\$ 385 mil em 2008;
- Substituição do chuveiro elétrico por aquecimento solar em entidades assistenciais - o objetivo é desenvolver e implantar um projeto, de cunho social pioneiro, de uso do aquecimento solar em substituição ao chuveiro elétrico, em 15 entidades assistenciais em Goiânia e entorno, objetivando uma economia de energia de 602 MWh/ano e 312 kW de demanda retirada na ponta, com investimentos de R\$ 9 mil em 2008;
- Eficientização energética no sistema de iluminação de prédios públicos estaduais, consistindo em eficientizar o sistema de iluminação de 14 prédios públicos estaduais, de forma a se obter uma economia de energia de 817 MWh/ano e uma redução de demanda de 202 kW, com investimentos em 2008 de R\$ 8 mil - custos referentes à administração, pois o processo de contratação de empresa para implementação do projeto ainda não está concluído;
- Eficientização energética no sistema de iluminação de 32 prédios públicos estaduais - objetivando uma economia de energia de 366 MWh/ano e uma redução de demanda de 91 kW, com investimentos em 2008 de R\$ 9 mil - custos referentes à administração, pois o processo de contratação de empresa para implementação do Projeto ainda não está concluído; e
- Eficientização energética no sistema de iluminação de 35 prédios públicos escolares - objetivando uma economia de 1.240 MWh/ano e uma redução de demanda de 305 kW, sendo que o projeto encontra-se em fase de processo licitatório de aquisição de materiais e serviços para implementação do diagnóstico energético, com investimentos em 2008 de R\$ 9 mil - custos referentes à administração, pois o processo de contratação de empresa para implementação do projeto ainda não está concluído.

5 - GESTÃO OPERACIONAL

Força de Trabalho	2004	2005	2006	2007	2008	Var. % 2008/2007
Número de empregados efetivos	2.237	2.819	2.846	2.757	2.699	(2,10)
Número de empregados à disposição da CELG	15	15	15	15	15	-
Número de estagiários	533	503	523	687	680	(1,02)
Número de menores aprendiz	144	137	150	131	150	14,50
Número de terceirizados*	3.587	3.137	4.090	3.877	4.103	5,83

* Estão inclusos além dos trabalhadores terceirizados, aqueles correspondentes à prestação de serviços de terceiros.

	2004	2005	2006	2007	2008
Indicadores Operacionais					
Área de concessão (km2)	336.871	336.871	336.871	336.871	336.871
Número de Empregados	2.237	2.819	2.846	2.757	2.699
Número de Clientes por Empregados*	828	679	695	743	790
Vendas por Clientes (MWh)**	3.809	3.680	3.626	3.844	3.905
Vendas por Empregados (GWh)	3,23	2,68	2,74	3,11	3,34
Clientes por km2	5,5	5,7	5,9	6,1	6,3

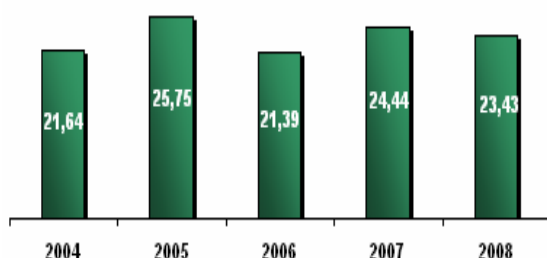
* Em 2005 o indicador diminuiu em função da realização do concurso público.

** Em 2005 o indicador reduziu devido ao aumento dos consumidores livres, que não estão inclusos neste indicador, bem como o suprimento.

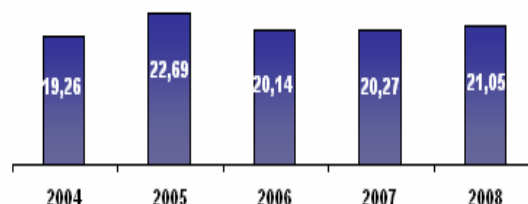
5.1 - Qualidade no Fornecimento

Em 2008, o valor do Indicador de Continuidade Global DEC esteve abaixo do valor do ano de 2007, enquanto que o Indicador de Continuidade Global FEC foi superior. O fato do FEC ter um valor maior em 2008 em relação ao ano de 2007, deveu-se principalmente pela contribuição externa ao sistema CELG D, a qual adicionou um valor de FEC igual a 2,15 no ano 2008. Qualquer intervenção na rede, seja ela intervenção para manutenção, construção ou alguma falta acidental, provoca descontinuidade do fornecimento de energia, elevando os valores dos indicadores de continuidade. A discriminação desses indicadores é apresentada nos gráficos a seguir.

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente)
Duração média das interrupções por cliente/ano - Horas



FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente)
Número médio das interrupções por cliente/ano - Vezes



FONTE: DT-DPPS.

5.2 - Agência Virtual

A CELG D passou a oferecer ao seu consumidor a facilidade de solicitar serviços e solucionar problemas referentes à sua conta de energia, via internet. Na CELG Agência Virtual, o cliente pode solicitar segunda via da sua conta de luz, fazer opção por endereço e vencimento alternativos e apresentar críticas e sugestões.

E ainda, a fim de proporcionar uma melhor satisfação de seus clientes, a CELG D conta com toda uma estrutura de agências de atendimento e credenciadas, bem como postos de atendimento, conforme abaixo:

Indicadores Comerciais	2004	2005	2006	2007	2008	Var. %
						2008/2007
Número de localidades atendidas ** (++)	631	642	629	629	624	(0,79)
Número de agências de atendimento *** (+)	199	223	243	206	169	(17,96)
Número de postos de atendimento (Agências credenciadas e Vapt-Vupts) ****	6	13	46	66	99	50,00
. Agências credenciadas	6	13	46	48	80	66,67
. Vapt-Vupts	0	0	0	18	19	5,56
Número de postos de arrecadação *	2.708	2.653	2.653	2.600	2.719	4,58

* Em 2005, o número de postos de arrecadação diminuiu em função de alteração no novo organograma.

** Em 2006, o número de localidades atendidas diminuiu porque algumas localidades passaram a ser faturadas na sede do município.

*** Em 2007, o número de Agências de atendimento diminuiu em função da substituição das mesmas por Agências credenciadas nos locais.

**** Em 2007, o número de postos de arrecadação diminuiu porque houve a fusão de alguns bancos e fechamento de algumas agências.

(+) Em 2008, o número de agências de atendimento diminuiu em função da substituição das mesmas por agências credenciadas nos locais.

(++) Em 2008, o número de localidades atendidas diminuiu em função de alguns assentamentos, que se tornaram bairros de outras localidades.

6 - GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A CELG D, ao longo de 2008, realizou diversas atividades que marcaram sua gestão, seja do ponto de vista da governança corporativa, seja na melhoria de resultados. No primeiro caso, citam-se as melhorias de sistemas de gestão, como exemplo, o de pagamento, que passou a ter vínculo efetivo com os sistemas de orçamento, serviços e materiais e contabilidade e o sistema de relatórios gerenciais, mais rápido e confiável, que vem permitindo à empresa, acessar suas contas e movimentações bancárias através da rede de valor agregado.

Na melhoria de resultados, a área financeira regularizou a gestão do fluxo de pagamentos da compra de energia, reduzindo o custo financeiro decorrente de cláusulas contratuais que permitiram o exercício de garantias na compra de energia, pelo banco credor; criou ainda uma área específica para captação de recursos nos mercados financeiros e de capitais, com prospecções de curto e longo prazo, o que vem proporcionando uma efetiva comunicação da CELG D com tais mercados, refletindo, para a empresa uma redução de seu custo total de captação.

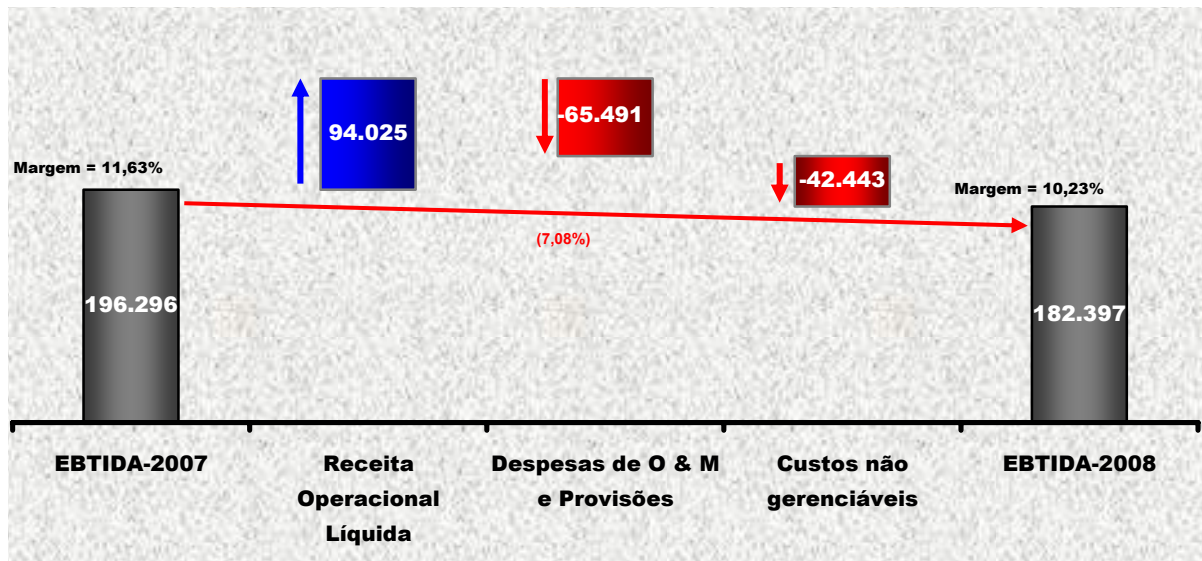
6.1 - Indicadores Empresariais

	2004	2005	2006	2007	2008	Varição 2008/2007
Dados Econômico-Financeiros						
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	2.134.235	2.363.021	2.632.897	2.982.312	3.012.087	1,00
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	1.493.224	1.556.176	1.497.578	1.688.405	1.782.430	5,57
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros)	454.742	609.810	672.500	552.482	606.005	9,69
Resultado do Serviço - EBIT (R\$)	142.289	(75.692)	(233.606)	(3.347)	12.647	477,86
EBITDA (R\$ mil)	208.215	(3.083)	(225)	196.296	182.397	(7,08)
Lucro Líquido/Prejuízo - LL (R\$ mil)	77.413	117.972	(267.884)	(176.923)	(244.240)	38,05
Ativo Total - (R\$ mil)	3.018.972	5.252.318	5.233.146	5.127.471	5.949.636	16,03
Investimentos (R\$ mil)	151.613	249.066	194.155	202.830	230.079	13,43
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.899.516	4.021.762	4.270.474	4.674.084	5.740.489	22,82
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	119.456	1.230.556	962.672	453.387	209.147	(53,87)
Indicadores Econômico-Financeiros						
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	9,53	(4,86)	(15,60)	(0,20)	0,71	457,93
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	13,94	(0,20)	(0,02)	11,63	10,23	(11,98)
Margem Líquida - LL/ROL (%)	5,18	7,58	(17,89)	(10,48)	(13,70)	30,77
Rentabilidade do Patrimônio Líquido - LL/PL (%)	64,80	9,59	(27,83)	(39,02)	(116,78)	199,26
Endividamento do Patrimônio Líquido - END/PL (%)	2.427,27	326,82	443,61	1.030,93	2.744,71	166,24

Fonte: DF-COGE

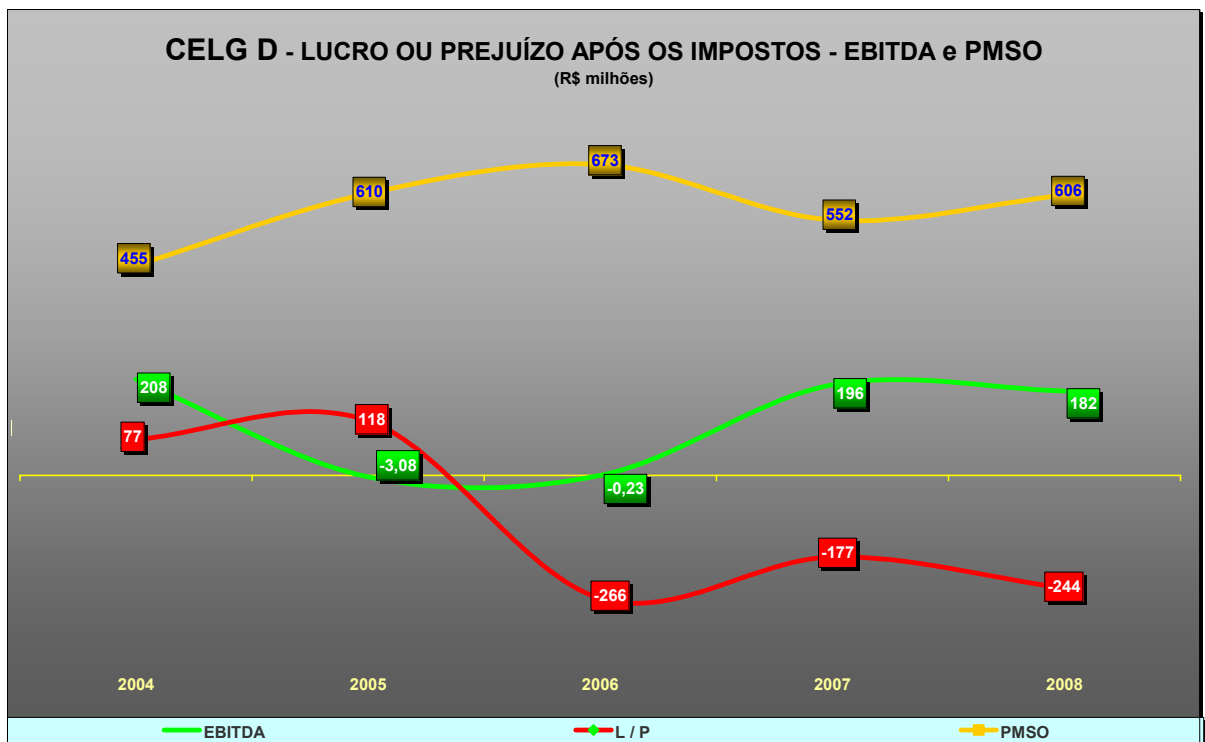
O Resultado do Serviço - EBIT, em 2008, de R\$ 12.647 mil, apesar de ainda pequeno, melhorou significativamente, com aumento de 477,76% relativamente ao ano de 2007, negativo em R\$ 3.347 mil. Este resultado demonstra que as receitas operacionais em 2008 foram suficientes para fazer frente às despesas operacionais, o que não acontecia desde 2004, mesmo que o PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros) tenha crescido 9,69% em 2008 em relação a 2007.

O EBITDA foi de R\$ 182.397 mil em 2008, o que representa uma redução de 7,08%, quando comparado com o total de R\$ 196.296 mil em 2007. A margem EBITDA de 2008, de 10,23%, reduziu 11,98 pontos percentuais em relação ao ano anterior, influenciada basicamente pela não aplicação do reajuste tarifário médio de 10,41%, a partir de 12 de setembro de 2008.



Fonte: DF-COGE.

Apesar dos esforços da Administração na recuperação da empresa, apresentando um EBIT positivo, o ano de 2008 ainda apresentou um Prejuízo Líquido de R\$ 244.240 mil, após as deduções do Imposto de Renda e Contribuição Social, superando o resultado de 2007, que ficou negativo em R\$ 176.923 mil, ou seja, superior em 38,05%. Este resultado negativo tem como consequência principal o crescimento do Resultado Financeiro, motivado pelo acréscimo das Despesas Financeiras, devido ao alto custo do serviço da dívida, em função da variação monetária e cambial em mais de 200%.



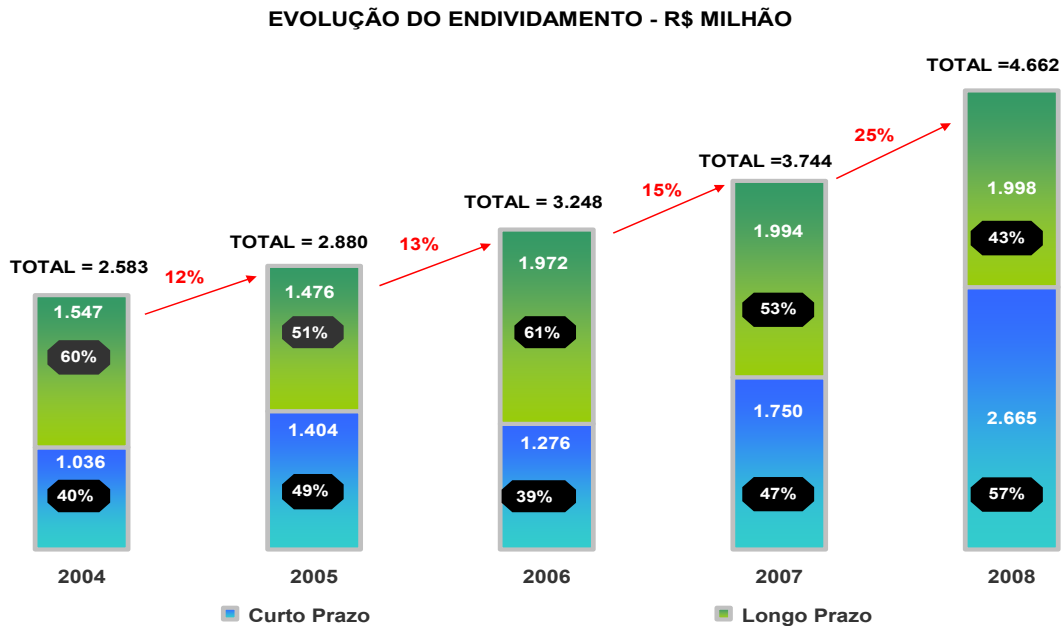
Fonte: DF-COGE.

6.2- Endividamento

O endividamento da CELG D em 2008 foi maior em 24,53%, devido à incidência de encargos, fechando o ano com um valor de R\$ 4.662.346 mil, sendo que a maior parte concentra-se no curto prazo, equivalente a 57% do total e cresceu 52,29%, enquanto o longo prazo correspondente a 43% cresceu 0,17%, em relação a 2007.

No curto prazo se incluem as obrigações vencidas e vincendas relativas a empréstimos e financiamentos, suprimento de energia elétrica, tributos e contribuições sociais, encargos setoriais e outros.

Verifica-se que desde 2004 o endividamento da CELG D tem sempre crescido em mais de 10%, ao ano, sendo que em 2008 o endividamento de curto prazo ultrapassou o de longo prazo. Gráfico a seguir.



Fonte: DF-COGE.

7 - GESTÃO DE PESSOAS

A CELG D entende que a implementação de ações na área de gestão de pessoas propicia o conhecimento, potencialização, integração e subsídio para a gestão das competências individuais e institucionais, visando a satisfação dos seus colaboradores, acionistas, parceiros e comunidades.

Foram desenvolvidas ações de melhoria baseadas na capacidade de transformar conhecimento, habilidade e atitude em resultados, destacando a criação do Sistema de Avaliação de Pessoal - AVAL2008, o convênio com a DTCOM - Cursos, na modalidade de Ensino a Distância, e a realização de diversos treinamentos.

7.1 - Segurança e Medicina do Trabalho

A CELG D reconhece a saúde e a segurança com pilar estratégica para conduzir seus negócios e, para isto mantém atualizado as suas Políticas de Saúde e Segurança, buscando assegurar a preservação da integridade física e mental dos empregados da CELG D e das Empresas Prestadoras de Serviços.

A consolidação da cultura da prevenção nas questões de saúde e segurança, com destaque ao controle dos riscos, a prevenção dos acidentes, a melhoria contínua das condições de trabalho, o atendimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, tem gerado a cada ano uma melhoria significativa nos resultados obtidos pela empresa, propiciando cada vez mais, um alinhamento dos programas implantados.

7.2 - Capacitação e Desenvolvimento

Em 2008 foram realizados diversos treinamentos, sendo os principais com número de participantes: Noções dos riscos típicos da atividade de limpeza de faixa (271); Procedimentos e operação da chave fusível religadora (115); Desenvolvendo as competências para atendimento ao cliente (249); Curso de formação de eletricitista de redes e linhas de distribuição (118); Curso complementar de segurança no Sistema Elétrico de Potência - SEP (633); Workshop - Planejamento Estratégico (68); Aspectos Metodológicos e Práticos do Reajuste Tarifário (81); Sistema de Gerência de Suprimento (372); Treinamento em BR Office (186); Utilização do sistema Billing (117); Interpretação da Norma ISO (77); GSUP - Módulo de movimentação de material (78); CBILL - Módulo de atendimento ao cliente (96); Curso prevenção de acidente para membros de CIPA (157) e, Cursos na modalidade de ensino à distância (686).

8 - GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A CELG D ocupa uma posição estratégica na melhoria da qualidade de vida das pessoas, tanto na área urbana quanto na rural. Assim, está ciente de que para disponibilizar a energia elétrica com qualidade e quantidade que a população do Estado de Goiás requer, acarretam-se rupturas muitas vezes consideráveis nos sistemas físico-biótico, sócio econômico e cultural, nos locais e regiões onde estão ou serão instalados os empreendimentos, como também para sua manutenção.

A implantação das subestações e linhas de energia elétrica, independentemente da tensão, exige estratégias, estudos dos meios físico, biótico e sócio-econômico, prospecção arqueológica para obtenção das licenças ambientais e se for encontrado sítio arqueológico, execução de resgate de materiais de valor histórico e extremamente importantes para inúmeras pesquisas.

Portanto, visando a prevenção e/ou mitigação dos impactos causados ao meio ambiente por seus empreendimentos, a CELG D tem executado ações com custos relevantes, como alteamento das torres para transposição de Áreas de Preservação Permanente, desvio das unidades de Conservação e Reserva Legal, corte seletivo da vegetação, recomposição vegetal com o plantio de espécies nativas nas praças de montagem, em torno das torres e vias de acesso.

Além disso, a CELG D objetivando minimizar os impactos ambientais e preocupada com o processo de melhoria contínua no atendimento lança mão dos constantes avanços tecnológicos. Um exemplo prático é a utilização de cruzetas poliméricas em substituição às cruzetas de madeira até então empregadas. Tais cruzetas poliméricas são produtos ecologicamente corretos, fabricadas com materiais reciclados e 100% recicláveis, obtendo inúmeras vantagens em relação às anteriormente utilizadas, como maior durabilidade do produto, melhoria na segurança do sistema elétrico e facilidade de manuseio para a equipe de instalação. Proporcionam também economia na mão-de-obra e eficiência na manutenção das redes distribuidoras, além da redução dos desligamentos provocados por descargas atmosféricas ou por queda do material.

9 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do Ofício/CVM/SEP/ RIC/Nº 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à Companhia Goiás de Participações - GOIASPAR, denominação social anterior, o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Essa denominação social foi alterada para Companhia Celg de Participações - CELGPAR, devidamente aprovada na 7ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30.04.2008, realizada simultaneamente com a 2ª Assembleia Geral Ordinária, em consonância com a Lei nº 16.237, de 18.04.2008, veiculada no Diário Oficial do Estado de Goiás em 23.04.2008.

Em 08.08.2008 foi constituída a Companhia de Telecomunicações e Soluções - CELGTelecom, por intermédio da Escritura Pública registrada, em 13.08.2008, na Junta Comercial do Estado de Goiás - Juceg, sob o Número de Identificação de Registro de Empresas - Nire 52300012716, bem como publicada em 21.08.2008 no Diário Oficial e nos jornais O Popular e Gazeta Mercantil.

A Lei nº 16.237/2008 autorizou a constituição da CELGTelecom, dotada de personalidade jurídica de direito privado, na forma de subsidiária integral da Celgpar. A Celgpar controla, ainda, as subsidiárias integrais CELG Distribuição S.A. - CELG D, e CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG G&T.

10 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CELG D declara que mantém contrato com a BDO Trevisan Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis. Bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos iniciado em outubro de 2007. A BDO Trevisan Auditores Independentes, desde então, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da empresa, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa na empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

Goiânia, 30 de março de 2009.

A Administração.

Balço Social Anual / 2008¹



Empresa:

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.

1 - Base de Cálculo	2008 Valor (Mil reais)			2007 Valor (Mil reais)-(Reclassificado)		
Receita líquida (RL)			1.782.430			1.688.405
Resultado operacional (RO)			-356.713			-248.071
Folha de pagamento bruta (FPB) ²			304.807			250.292
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	18.897	6,20%	1,06%	16.509	6,60%	0,98%
Encargos sociais compulsórios	68.960	22,62%	3,87%	61.631	24,62%	3,65%
Previdência privada	8.620	2,83%	0,48%	7.628	3,05%	0,45%
Saúde	5.636	1,85%	0,32%	5.084	2,03%	0,30%
Segurança e saúde no trabalho	122	0,04%	0,01%	198	0,08%	0,01%
Educação ³	0	0,00%	0,00%	5.980	2,39%	0,35%
Cultura	0	0,00%	0,00%	8	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	900	0,30%	0,05%	871	0,35%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	471	0,15%	0,03%	474	0,19%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros ⁴	16.343	5,36%	0,92%	2.179	0,87%	0,13%
Total - Indicadores sociais internos	119.949	39,35%	6,73%	100.562	40,18%	5,96%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	246	-	0,01%	255	-	0,02%
Cultura	90	-	0,01%	1.346	-	0,08%
Saúde e saneamento	15	-	0,00%	55	-	0,00%
Esporte	510	-	0,03%	0	-	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	-	0,00%	0	-	0,00%
Outros	5	-	0,00%	26	-	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	867	-	0,05%	1.682	-	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.119.060	-	62,78%	1.243.511	-	73,65%
Total - Indicadores sociais externos	1.119.927	-	62,83%	1.245.193	-	73,75%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a operação da empresa	499	-	0,03%	92	-	0,01%
Investimento no Programa Luz para Todos ⁵	44.262	-	2,48%	54.309	-	3,22%
Programas de pesquisa e eficiência energética ⁶	9.032	-	0,51%	6.691	-	0,40%
Total dos investimentos em meio ambiente	53.794	-	3,02%	61.092	-	3,62%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período ⁷		2.849			2.888	
Nº de admissões durante o período		1			0	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		4.103			3.877	
Nº de estagiários(as)		668			687	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		1.387			1.326	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		376			388	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		14,55%			13,89%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		119			121	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		2,64%			2,27%	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		42			44	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2008			2007	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		16,7			19,3	
Número total de acidentes de trabalho		152			176	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> hireção e gerências	<input type="checkbox"/> tohos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> tohos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> tohos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> hireção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> tohos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> hireção e gerências	<input type="checkbox"/> tohos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input checked="" type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
	701.112	170	391	616.702	171	427
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	na empresa	no Procon	na empresa	no Procon	na Justiça
	100%	10%	12%	100%	12%	30%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008: 2.133.533			Em 2007: 1.917.222		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	52,45% governo 12,96% colaboradores(as) 0% acionistas 46,04% terceiros (11,45%) retido			64,86% governo 13,01% colaboradores(as) 0% acionistas 31,36% terceiros (9,23%) retido		
7 - Outras Informações	Notas: ¹ Informações não auditadas; ² A folha de pagamento bruta inclui os pagamentos referentes ao Programa Menor Aprendiz, item contabilizado como outras despesas no demonstrativo de resultados; ³ Os gastos com Estagiários foram transferidos do item Educação para o item Outros. ⁴ Os itens Programa Luz para Todos e Programas de pesquisa e eficiência energética mudaram de Indicadores Sociais Externos para Indicadores Ambientais; ⁵ O nº total de empregados também contempla o quantitativo dos Menores Aprendizes.					

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE		
Disponível	77.172	50.390
Aplicações no Mercado Aberto	35.558	25.290
Consumidores, Concessionários e Permissionários	602.882	501.508
Devedores Diversos	71.140	38.536
Serviços em Curso	29.099	26.135
Contas a Receber - Estado de Goiás	245.475	187.438
Créditos Fiscais	206.943	226.211
Outros Créditos	201.462	126.958
Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(40.726)	(49.376)
Estoques	16.711	14.701
Despesas Pagas Antecipadamente	18.276	84.526
	<u>1.463.992</u>	<u>1.232.317</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Consumidores	259.971	242.691
Programa Emergencial Redução Consumo Energia Elétrica	19.600	19.600
Despesas Pagas Antecipadamente	389.540	159.601
Devedores Diversos	87.801	69.226
Contas a Receber - Estado de Goiás	1.293.237	1.073.491
Créditos Fiscais	331.280	237.690
Outros	1.529	1.930
Investimentos	7.841	7.841
Intangível	14.312	8.028
Imobilizado	2.080.533	2.075.056
	<u>4.485.644</u>	<u>3.895.154</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>5.949.636</u>	<u>5.127.471</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

Enio Andrade Branco Presidente CPF-179.138.029-87	Nerivaldo Costa Diretor CPF-025.135.871-20	Ricardo Luiz Jayme Diretor CPF-307.303.681-49
Orion Andrade de Carvalho Diretor CPF-189.252.271-34	Moacir Finotti Diretor CPF-031.389.171-00	Dionízio Jerônimo Alves Contador-CRC-Go/7.364 CPF-082.849.031-72

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.069.125	658.216
Folha de Pagamento	6.265	8.311
Encargos de Dívidas	186.411	94.915
Tributos e Contribuições Sociais	305.732	220.710
Empréstimos e Financiamentos	412.249	334.137
Obrigações Estimadas	243.743	256.626
Taxas Regulamentares	618.375	365.709
Provisões para Contingências	220.812	130.266
Credores Diversos	37.288	86.561
Outros	85.178	108.907
	3.185.178	2.264.358
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores	355.290	417.260
Programa Emergencial Redução Consumo Energia Elétrica	997	997
Empréstimos e Financiamentos	752.855	791.476
Tributos e Contribuições Sociais	155.983	90.447
Taxas Regulamentares	728.849	692.175
Obrigações Estimadas	288.833	319.950
Credores Diversos	266.025	96.289
Outros	6.479	1.132
	2.555.311	2.409.726
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Realizado	390.419	390.419
Reservas de Reavaliação	617.723	680.137
Prejuízos acumulados	(821.445)	(639.619)
	186.697	430.937
Recursos Destinados a Aumento de Capital	22.450	22.450
	209.147	453.387
TOTAL DO PASSIVO	5.949.636	5.127.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

Enio Andrade Branco
Presidente
CPF-179.138.029-87

Nerivaldo Costa
Diretor
CPF-025.135.871-20

Ricardo Luiz Jayme
Diretor
CPF-307.303.681-49

Orion Andrade de Carvalho
Diretor
CPF-189.252.271-34

Moacir Finotti
Diretor
CPF-031.389.171-00

Dionizio Jerônimo Alves
Contador-CRC-Go/7.364
CPF-082.849.031-72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de Energia Elétrica	2.942.278	2.862.821
Suprimento	6.869	7.707
Disponibilização do Sistema de Transmissão/Distribuição	15.432	64.946
Outras Receitas	47.508	46.838
	3.012.087	2.982.312
(-) DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ICMS	(782.827)	(769.058)
PIS	(49.699)	(56.776)
COFINS	(228.919)	(276.748)
ISS	(494)	(458)
Quota p/ RGR	(13.121)	(11.585)
Programa de Eficiência Energética	(8.723)	(7.999)
Quotas de CCC	(65.654)	(90.220)
Pesquisa e Desenv.e Eficiência Energética	(10.259)	(13.464)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(69.961)	(67.599)
	(1.229.657)	(1.293.907)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.782.430	1.688.405
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(794.110)	(690.231)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição	(94.623)	(156.425)
	(888.733)	(846.656)
CUSTO OPERACIONAL		
Pessoal e Administradores	(136.980)	(131.718)
Entidade de previdencia privada	(4.995)	(4.192)
Materiais	(6.916)	(4.882)
Serviço de Terceiros	(228.976)	(242.040)
Depreciação/Amortização	(160.268)	(189.997)
Provisão/Reversão para Credito de Liquidação Duvidosa	8.510	(3.982)
Taxa de Fiscalização	(5.388)	(5.021)
Outras	(9.634)	(3.165)
	(544.647)	(584.997)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	349.050	256.752
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativa	(336.403)	(260.099)
	12.647	(3.347)
RESULTADO DO SERVIÇO	12.647	(3.347)
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendas	63.401	39.755
Variações Monetárias e Cambiais	528.466	255.409
Outras	16.047	56.187
	607.914	351.351
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Dívidas	(733.112)	(383.945)
Variações Monetárias e Cambiais	(198.652)	(84.170)
Outras	(45.510)	(127.337)
	(977.274)	(595.452)
RESULTADO FINANCEIRO	(369.360)	(244.101)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(623)
RESULTADO OPERACIONAL	(356.713)	(248.071)
OUTRAS RECEITAS	3.675	6.979
(-) DEDUÇÃO À OUTRAS RECEITAS		
PIS	(62)	(118)
COFINS	(285)	(542)
	(347)	(660)
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS	3.328	6.319
OUTROS RESULTADOS	(15.562)	(14.513)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(12.234)	(8.194)
PREJUÍZO ANTES CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO RENDA	(368.947)	(256.265)
Contribuição Social	32.487	21.052
Imposto de Renda	92.220	58.290
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(244.240)	(176.923)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ 1,00	(7,45)	(5,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

Enio Andrade Branco
Presidente
CPF-179.138.029-87

Nerivaldo Costa
Diretor
CPF-025.135.871-20

Ricardo Luiz Jayme
Diretor
CPF-307.303.681-49

Orion Andrade de Carvalho
Diretor
CPF-189.252.271-34

Moacir Finotti
Diretor
CPF-031.389.171-00

Dionizio Jerônimo Alves
Contador-CRC-Go/7.364
CPF-082.849.031-72

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	SUBTOTAL	RECUR.DEST. AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	710.806	11.975	760.496	-	(543.055)	940.222	22.450	962.672
Redução do Capital Social	(320.387)					(320.387)		(320.387)
Reservas de Capital		(11.975)				(11.975)		(11.975)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(176.923)	(176.923)	-	(176.923)
Reservas de Reavaliação	-	-	(80.359)	-	80.359	-	-	-
Destinação do Lucro:								
- Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
- Proposta para Compensação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	390.419	-	680.137	-	(639.619)	430.937	22.450	453.387
Redução do Capital Social						-		-
Reservas de Capital						-		-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(244.240)	(244.240)	-	(244.240)
Reservas de Reavaliação	-	-	(62.414)	-	62.414	-	-	-
Destinação do Lucro:								
- Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
- Proposta para Compensação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	390.419	-	617.723	-	(821.445)	186.697	22.450	209.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

Enio Andrade Branco Presidente CPF-179.138.029-87	Nerivaldo Costa Diretor CPF-025.135.871-20	Ricardo Luiz Jayme Diretor
Orion Andrade de Carvalho Diretor CPF-189.252.271-34	Moacir Finotti Diretor CPF-031.389.171-00	Dionizio Jerônimo Alves Contador-CRC-Go/7.364 CPF-082.849.031-72

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2008 E 2007
 (Em milhares de reais)

	2008	2007
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	3.012.087	2.982.312
Provisão/Rever p/Créditos Liq. Duvidosa	8.510	(4.026)
Resultado Não Operacional	(12.234)	(8.194)
Insumos		
Custo da Energia Elétrica Comprada	888.733	846.656
Serviços de Terceiros	299.288	324.772
Materiais	11.093	8.994
Outros Custos Operacionais	113.880	24.155
	1.312.994	1.204.577
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.695.369	1.765.515
Quotas de Reintegração	169.750	199.644
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.525.619	1.565.871
Receitas Financeiras	607.914	351.351
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.133.533	1.917.222
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração	219.010	179.630
Encargos sociais	48.194	61.466
Entidade de previdência privada	9.327	8.295
Governos		
Impostos, taxas e contribuições	1.119.060	1.243.511
Financiadores		
Juros e Variações	977.274	596.075
Alugueis	4.908	5.168
Prejuízo do Exercício	(244.240)	(176.923)
TOTAL	2.133.533	1.917.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

Enio Andrade Branco
 Presidente
 CPF-179.138.029-87

Nerivaldo Costa
 Diretor
 CPF-025.135.871-20

Ricardo Luiz Jayme
 Diretor
 CPF-307.303.681-49

Orion Andrade de Carvalho
 Diretor
 CPF-189.252.271-34

Moacir Finotti
 Diretor
 CPF-031.389.171-00

Dionízio Jerônimo Alves
 Contador-CRC-Go/7.364
 CPF-082.849.031-72

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	3.005.176	2.825.456
<u>Pagamentos:</u>		
- Fornecedores	(1.272.632)	(1.188.628)
- Salários e Encargos	(229.842)	(233.344)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(152.445)	(152.435)
- Tributos	(990.869)	(944.843)
Resultado Financeiro	4.414	(6.045)
Fluxo de Caixa Operacional Líquido	363.802	300.161
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
- Caixa usado no Imobilizado	(177.142)	(164.276)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
- Resultado Não Operacional Líquido	(3.173)	(22)
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	494.042	618.673
- Pagamentos de Serviço da Dívida	(640.479)	(721.089)
- Resgate Ações em Tesouraria	0	(13.448)
Caixa Líquido do Período	37.050	19.999
Saldo inicial de Disponibilidades	75.680	55.681
Saldo final de Disponibilidades	112.730	75.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DIRETORIA

Enio Andrade Branco Presidente CPF-179.138.029-87	Nerivaldo Costa Diretor CPF-025.135.871-20	Ricardo Luiz Jayme Diretor CPF-307.303.681-49
Orion Andrade de Carvalho Diretor CPF-189.252.271-34	Moacir Finotti Diretor CPF-031.389.171-00	Dionízio Jerônimo Alves Contador-CRC-Go/7.364 CPF-082.849.031-72

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é a Companhia CELG de Participações - CELGPAR, constituída em 23 de março de 2007. Situada a Rua 2 n° 550 Edifício Gileno de Godoi Jardim Goiás.

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.133.440 clientes no Estado de Goiás, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão n° 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, CELG e o acionista controlador, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por mais um período de 20 anos.

A ANEEL editou em 9 de setembro de 2008 a Resolução Homologatória n° 704, com vigência a partir de 12 de setembro de 2008 a 11 de setembro de 2009, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 10,41% em conformidade com a Nota Técnica SRE/ANEEL n° 262 de 1° de setembro de 2008.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I - As demonstrações contábeis são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Lei n° 6.404/76 e 10.303/01), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Conforme facultado pela Deliberação CVM n° 565 de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13, a Companhia está adotando pela primeira vez a Lei n° 11.638/07 e Medida Provisória n° 449/08 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Conseqüentemente, as seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo de dezembro de 2007:

- Em atendimento à Deliberação n° 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de títulos e Valores Mobiliários a Companhia passou a registrar os custos de capitação de recursos como redutora da obrigação e amortizará os juros durante a

liquidação do empréstimo. Antes esses custos eram contabilizados como despesas pagas antecipadas, conseqüentemente foram reclassificados os saldos da rubrica Despesa Pagas Antecipadas para redutora da obrigação.

- Em atendimento à Deliberação nº 553/2008, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 04 - Ativos Intangíveis, são classificados no Ativo Intangível os direitos que tenham por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, procedeu-se à reclassificação dos valores relativos a software da rubrica imobilizado para intangível.
- Em atendimento à Deliberação nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia realizou estudos para cálculo dos referidos ajustes dos seus ativos e passivos e verificou que não há evidência nem indícios para registro de qualquer provisão.
- Em atendimento à Deliberação nº 527, de 1º de novembro de 2007, que aprovou o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia após realização dos referidos testes verificou que não há evidência nem indícios de desvalorização dos seus ativos, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.
- Em atendimento as Deliberações nº 547 e 557, que aprovaram os CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 09 – Demonstração dos Valores Adicionados, respectivamente, a Companhia está substituído a Demonstração das Origens e Aplicações de Recurso pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia já apresentava nas suas demonstrações financeiras anuais, as referidas demonstrações, portanto sua obrigatoriedade não traz qualquer impacto ao nível de divulgação ou na comparabilidade das demonstrações contábeis.

II - As principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia são as seguintes:

a. Disponibilidades e aplicações no mercado aberto

A Companhia considera como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data do balanço.

b. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, o uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem as vendas de energia realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c. Contas a receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Companhia. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota explicativa nº 4.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Baixa renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº 10.438/02.

g. Investimentos

São registrados pelo custo de aquisição e atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

h. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido da correspondente correção monetária complementar instituída pela Lei nº 8.200/91. Em função do disposto nas Instruções Gerais nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia procedeu à reavaliação de bens integrantes do ativo imobilizado, passando a ser este o novo critério para avaliação e registro contábil dos respectivos bens.

i. Atualização monetária de itens do ativo e passivo

Os direitos e obrigações sujeitos a juros e variação monetária ou cambial, por força contratual ou de dispositivos legais, foram atualizados até a data do balanço, pro rata temporis. Essa atualização é reconhecida no resultado do exercício ou no ativo imobilizado em curso.

j. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de

obrigações fiscais diferidas de mesma natureza e de projeções técnicas de lucratividade futura da Companhia no período da sua concessão.

k. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas por relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da CELG D.

l. Provisão para férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

m. Plano de suplementação de aposentadoria

A CELG D é patrocinadora da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº 371/2000.

n. Apuração de resultado

As receitas de distribuição de energia elétrica são reconhecidas com base nas tarifas regulamentadas pela ANEEL no momento em que a energia é disponibilizada. As receitas não faturadas são provisionadas considerando-se as estimativas efetuadas com base no faturamento anterior. A apuração das receitas faturadas é feita com base na leitura dos medidores para determinar o total de energia consumida.

As demais receitas e despesas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência.

o. Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis é feita de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, o que requer que a Administração da Concessionária se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Provisão para contingências.

p. Custos não gerenciáveis - CVA

Diferença entre os somatórios dos custos não controláveis (denominados PARCELA A) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Companhia e os desembolsos efetivamente realizados que são compensados nos reajustes tarifários futuros, sendo registrados no ativo ou passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento dos valores através das contas de energia.

q. Imposto de renda e contribuição social

São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças intertemporais, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando as perspectivas de sua realização.

3. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto as instituições financeiras nacionais, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2008 está assim representado:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxa(%)	2008	2007
BRABESCO	CDB	2010	98% CDI	1.340	2.123
BANIF	CDB	2009	98% CDI	2.112	0
ITAU	CDB	2009 A 2011	98% CDI	31.552	22.133
CEF	Fundo invest/outros			554	-
REDIMENTO S./CDB				-	1.034
TOTAL				35.558	25.290

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

<u>CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE		
Consumidores		
Faturados	383.538	350.538
Não faturados	69.504	46.490
Acréscimos moratórios	52.582	29.209
Participação financeira	11.516	307
Efeitos do regime especial de tarifação	964	978
Encargos capacidade emergencial	727	888
Parcelamentos	63.759	54.144
Contribuição Iluminação Pública - CIP	9.588	9.289
Outros créditos	6.320	6.476
	<u>598.498</u>	<u>498.319</u>
Concessionárias		
Suprimento	814	1.551
Variação e acréscimos moratórios	241	241
	<u>1.055</u>	<u>1.792</u>
Comercialização no âmbito do CCEE		
Energia curto prazo	<u>3.329</u>	<u>1.397</u>
TOTAL CIRCULANTE	<u>602.882</u>	<u>501.508</u>
NÃO CIRCULANTE		
Consumidores		
Prefeituras	<u>259.971</u>	<u>242.691</u>
NAO CIRCULANTE	<u>259.971</u>	<u>242.691</u>

Composição do contas a receber

CONSUMIDORES CONCESSIONÁRIA PERMISSIONÁRIA	VINCENDOS	VENCIDOS	VENCIDOS	TOTAL		PROV. P/ CRÉDITOS LIQ. DUVIDA		SALDO	
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Residencial	64.253	33.663	12.533	110.449	101.591	9.548	15.509	100.901	86.082
Industrial	40.737	12.108	17.870	70.715	56.699	3.924	6.326	66.791	50.373
Com., serv. e outras atividades	32.078	14.240	19.903	66.221	60.150	8.754	8.718	57.467	51.432
Rural	10.693	6.759	5.683	23.135	21.611	1.291	864	21.844	20.747
Poderes Públicos				-	-	-	-	-	-
Federal	1.906	513	574	2.993	3.990	-	-	2.993	3.990
Estadual	3.213	7.220	6.933	17.366	31.261	-	-	17.366	31.261
Municipal	3.539	4.610	13.783	21.932	17.834	717	508	21.215	17.326
Iluminação pública	9.369	4.457	21.712	35.538	29.800	3.886	5.394	31.652	24.406
Serviço público	6.405	19.787	8.997	35.189	27.602	69	-	35.120	27.602
PDD s/ outros créditos	-	-	-	-	-	11.971	11.550	(11.971)	(11.550)
SUBTOTAL	172.193	103.357	107.988	383.538	350.538	40.160	48.869	343.378	301.669
Não faturado	69.504	-	-	69.504	46.490	-	-	69.504	46.490
Varição/Acréc. moratórios	52.582	-	-	52.582	29.209	-	-	52.582	29.209
Particip. financeira	11.516	-	-	11.516	307	-	-	11.516	307
Efeitos Reg. Esp. Tarif.	964	-	-	964	978	-	-	964	978
Encar cap. emergencial	-	-	727	727	888	566	507	161	381
Parcelamentos	49.875	3.305	10.579	63.759	54.144	-	-	63.759	54.144
Contr. iluminação pública	5.341	2.930	1.317	9.588	9.289	-	-	9.588	9.289
Outros créditos	6.320	-	-	6.320	6.476	-	-	6.320	6.476
Consumidores	368.295	109.592	120.611	598.498	498.319	40.726	49.376	557.772	448.943
Concessionárias									
Suprimento	814	-	-	814	1.551	-	-	814	1.551
Energia curto prazo	3.329	-	-	3.329	1.397	-	-	3.329	1.397
Variação/Acréc. moratórios	241	-	-	241	241	-	-	241	241
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionárias	4.384	-	-	4.384	3.189	-	-	4.384	3.189
TOTAL CIRCULANTE	372.679	109.592	120.611	602.882	501.508	40.726	49.376	562.156	452.132
TOTAL NAO CIRCULANTE				259.971	242.691				

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

1 - Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Essa análise individual também é feita sobre os valores a receber de entidades governamentais estaduais e municipais relativos a fornecimento normal, saldos de parcelamentos e valores consolidados de confissões de dívidas.

2 - Para os demais casos

- Consumidores residenciais - vencidos há menos e mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais e outros - vencidos há mais de 360 dias.

- No exercício de 2008, foi baixado do saldo de contas a receber o montante de R\$64.413 decorrente de saldos em atraso, cujos esforços para recebimento foram substancialmente aplicados e a Concessionária não obteve sucesso.
- Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD no exercício de 2008.

Saldo em 31 de dezembro de 2007	R\$49.376
Baixa por perda no período	R\$64.413
Reversão no período	R\$55.763
Saldo em 31 de dezembro de 2008	R\$40.726

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (operações de curto prazo) verificações entre os valores de geração e de carga realizada e contratos /previstos. Tais sobras são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que estas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela CELG.

5. DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	2008		2007	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS				
IRRF art. 34 da Lei nº 10.833	775	-	367	-
COFINS - Parecer Cosit nº27 (a)	23.715	-	-	-
COFINS art. 34 da Lei nº 10.833	904	-	962	-
CSLL art. 34 da Lei nº 10.833	628	-	306	-
PIS/PASEP Parecer Cosit nº 27 (a)	4.679	-	-	-
PIS/PASEP art. 34 da Lei nº 10.833	202	-	207	-
IRRF s/ aplicações financeiras	756	-	145	-
INSS convênio	184	-	140	-
ICMS Lei Complementar 102 (b)	15.441	75.121	20.488	54.634
	47.284	75.121	22.615	54.634
Fornecedores	395	-	37	-
Empregados	691	-	678	-
Clientes:				
CELG Geração e Transmissão (c)	14.907	12.601	7.304	14.592
Outros	7.863	79	7.902	-
TOTAL	71.140	87.801	38.536	69.226

- a) A Coordenação – Geral do Sistema de Tributação da Receita Federal do Brasil – COSIT e de Nota Técnica nº. 554/2006 – SFF/ANEEL e em cumprimento ao que determina o Ofício Circular nº.2.775/200/-SFF/ANEEL. Foram reconhecidos neste exercício créditos de PIS/COFINS, relativos ao período compreendido entre março de 2004 a novembro de 2008, correspondentes a materiais aplicados ou consumidos na atividade, encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros Bens do Ativo Imobilizado, energia comprada de curto prazo – MAE/CCEE, energia adquirida – PROINFA, esses créditos serão repassados aos consumidores.
- b) Refere-se a créditos oriundos de aquisições de bens do ativo imobilizado.
- c) Refere-se aos contratos de parcelamento CELG G&T firmados em dezembro de 2006 e agosto de 2007, ambos atualizados pelo IGPM, acrescido de 1% ao mês.

6. SERVIÇOS EM CURSO

	2008	2007
Serviços próprios	1.714	2.627
Serviços prestados a terceiros (a)	27.385	23.508
TOTAL	29.099	26.135

- (a) Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

7. CONTAS A RECEBER - ESTADO DE GOIÁS

	2008		2007	
	circulante	não circulante	circulante	não circulante
Lei nº 13.062/97 (a)	29.126	-	24.973	-
Parcelamento (b)	128.023	1.293.237	162.465	1.073.491
Outros débitos (c)	88.326	-	-	-
	<u>245.475</u>	<u>1.293.237</u>	<u>187.438</u>	<u>1.073.491</u>

(a) Lei nº 13.062/97 de 9 de maio de 1997

Refere-se a valores não repassados pelo governo estadual, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para construção da usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão da empresa no exercício social de 2006.

(b) Parcelamento

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a CELG o 4º Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº 528, de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O total da dívida consolidada é de R\$1.016.770, assim composto:

- i. R\$577.911 referentes a valores do 2º Termo Aditivo.
- ii. R\$165.670 referentes à atualização do valor anterior atualizado até 29 de dezembro de 2005.
- iii. R\$189.736 referentes a débitos da Saneago - Saneamento de Goiás S.A.
- iv. R\$56.116 referentes a fornecimento de energia elétrica a órgãos Estaduais e despesas com pessoal à disposição do Estado.
- v. R\$13.706 referem-se a obras realizadas pela CELG para o Estado de Goiás.
- vi. R\$13.631 referentes ao fornecimento de energia do Programa de Baixa Renda Estadual.

O saldo devedor deste Termo será atualizado anualmente com base na aplicação pro rata temporis da variação acumulada do IGPM dos 12 meses anteriores, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, e sobre o saldo incidirá juros de 1% ao mês pro rata dia, contados a partir de 29 de dezembro de 2005.

A taxa de juros poderá ser reduzida para 9% ao ano, após 60 meses adimplentes. Na eventualidade da extinção do IGPM, este será substituído pelo que vier a ser adotado pelo agente regulador.

Aos valores consolidados foram prestadas as seguintes garantias: a) eventuais dividendos a que o Estado tenha direito sobre lucros da CELG; b) 10% da quota mensal do Fundo de Participação dos Estados - FPE a que o Estado de Goiás tenha direito e c) vinculação de até 41,08% das ações da CELG possuídas pelo Estado, sem prejuízo de que as partes considerem este Termo de Encontro de Contas título executivo extrajudicial na forma do artigo 585, II, combinado ao artigo 566 do Código de Processo Civil.

c) Refere-se a parcelas do quarto termo de encontro de contas, vencidas no período de janeiro a outubro de 2007, as quais não foram homologadas a compensação com o ICMS em consequência da revogação do Decreto nº 6.141 de 16 de maio de 2005 pelo Decreto 6.627 de 06 de junho de 2007 e estão indexadas pelo mesmo critério de atualização do termo de acordo e parcelamento do ICMS descrito na nota explicativa 18 (b).

8. CREDITOS FISCAIS

A CELG D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social e prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza (nota explicativa 19). Além disso, as projeções técnicas indicam lucratividade futura dentro do prazo da concessão.

Resumo dos valores ativados

São apresentados, a seguir, os montantes apurados pela Companhia:

CÁLCULO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	2008			2007		
	CSLL	IR	TOTAL	CSLL	IR	TOTAL
Base Negativa e Prejuízo Fiscal Líquidos a utilizar	1.167.342	1.377.726	-	1.036.406	1.238.875	-
(+) Adições Intertemporais - PCLD	40.159	40.159	-	48.869	48.869	-
(+) Adições Intertemporais - Contingência	220.812	220.812	-	130.266	130.266	-
(=) Base de cálculo	1.428.313	1.638.697	-	1.215.541	1.418.010	-
	9%	25%	-	9%	25%	-
Circulante	54.779	152.164	206.943	59.879	166.332	226.211
Não circulante	73.769	257.511	331.280	49.520	188.170	237.690
Total Crédito Tributário	128.548	409.675	538.223	109.399	354.502	463.901

-Informações complementares

São apresentadas, a seguir, as informações determinadas pela Instrução CVM nº 371/2002, arts. 2º e 7º:

- 1 - Expectativa de geração de lucros e realização do ativo fiscal nos próximos oito anos

PROJEÇÕES

<u>EXERCÍCIO</u>	<u>LUCRO TRIBUTÁVEL</u>	<u>VALOR PRESENTE DO LUCRO</u>	<u>ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO DE ATIVO FISCAL</u>
2009	(128.895)	(117.472)	-
2010	125.465	104.212	35.432
2011	259.733	196.616	66.849
2012	397.114	273.971	93.150
2013	538.057	338.311	115.026
2014	680.354	389.870	132.556
2015	524.392	430.543	146.385
			<u>589.398</u>

2 - Limites para o ativo fiscal diferido

Com base no estudo técnico realizado por peritos independentes na data-base de 31 de dezembro de 2008 e aprovado pela Administração da Companhia, o limite máximo para efeito de ativação de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é de R\$589.398. Em 30 de dezembro de 2008, o montante ativado pela CELG D, conforme acima demonstrado, é de R\$538.223.

9. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Consumidor baixa renda (a)	166.152	97.567
Alienação de bens e direitos	7.857	7.942
Cauções e depósitos	17.458	15.777
Eletrobrás	2.045	1.390
Funcionários à disposição	1.643	2.368
Outros	6.307	1.914
TOTAL	<u>201.462</u>	<u>126.958</u>

(a) Por meio da Lei nº 10.438/02, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores baixa renda, e conseqüentemente, reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro, foi editada a Lei nº 10.604 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás. A Companhia possui em seus registros, em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007, os valores de R\$166.152 e R\$97.567, respectivamente.

A Companhia no período compreendido entre 06 de novembro e 08 de dezembro de 2006 passou por processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal - NIS; e nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária. O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007 no valor de R\$36.390, encaminhado à CELG D através do Ofício nº

303/AGR/2007-PRE, de 06 de fevereiro de 2007. A Companhia encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 02 de março de 2007, manifestando-se sobre as não-conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da Companhia, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a CELG D encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos.

10. ESTOQUES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Estoque total	88.160	96.703
(-) Imobilizado em curso	<u>71.449</u>	<u>82.002</u>
TOTAL	<u>16.711</u>	<u>14.701</u>

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAS

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CONTA COMP. VARIAÇÃO CUSTO DA PARCELA "A" (a)				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	71.122	-	39.605
Compensação financeira util. rec. Hídricos	-	2	2	-
Transporte de energia - rede básica	-	22.426	18.117	2.456
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	41.420	3.396	-
Repasse de potência - Itaipu	-	14.524	-	12.760
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	54.723	21.085	23.991
PROINFA (c)	-	13.092	5.656	2.592
Custo de aquisição de energia	-	144.268	-	48.541
Majoração de alíquota PIS/COFINS (b)	2.328	-	2.120	10.009
Banco Máxima S.A.	-	-	18.672	17.366
Banco Prosper S.A.	-	-	1.138	2.281
CUSD com CEB-ENERSUL-CEMAT	15.948	27.963	14.340	-
TOTAL	<u>18.276</u>	<u>389.540</u>	<u>84.526</u>	<u>159.601</u>

(a) Valores Tarifários não Gerenciáveis da Parcela A - CVA

- A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação dos Valores da "Parcela A" - CVA, que tem a função de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários.
- A Companhia encontra-se impedida de aplicar a tarifa homologada pela ANEEL em 9 de setembro de 2008, conforme Resolução Homologatória nº 704, conseqüentemente não está realizando as parcelas de CVA, motivo pelo qual foram reclassificados todos os itens de CVA do circulante para o longo prazo.

(b) Ativo Regulatório da Contribuição para o PIS e da COFINS

O saldo refere-se à diferença entre o custo com as contribuições para o PIS e a COFINS efetivamente apuradas, resultantes da aplicação da legislação atual e aquelas incorporadas na tarifa.

Tal diferença foi originada das majorações de alíquotas e alterações do cálculo dessas contribuições (não cumulativas), conforme determina a legislação vigente (Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e Lei n° 10.865, de 30 de abril de 2004).

A ANEEL reconheceu a diferença apurada em exercícios anteriores e repassou para a tarifa na revisão efetuada em setembro de 2007.

(c) Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA

A Lei n° 10.438/02, art. 3°, instituiu o PROINFA com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimento de produtores independentes autônomos, concebidos com bases em fonte eólicas, pequenas centrais hidroelétricas e biomassa no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive custos administrativos, financeiros e tributários, que serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN, que comercializam energia com o consumidor final e/ou recolhem tarifas de uso do sistema de transmissão TUST ou Distribuição - TUSD, relativos a consumidores livres, recolher à Eletrobrás para crédito do PROINFA o valor da cota anual em duodécimos fixadas pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto n° 5.125/04.

Considerando que a Companhia não está aplicando o reajuste do IRT/2008, optamos pela transferência do saldo para o Longo Prazo, por não ter previsão da realização dos ativos regulatórios.

12. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em junho de 2001, o Governo Federal editou a Medida Provisória n° 2.198, instituindo o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL regulamentou os devidos registros contábeis, através da Resolução ANEEL n° 299, de 27 de julho de 2001. Obedecendo às normas editadas pela ANEEL, encontram-se registrados os seguintes valores:

- a. No ativo não circulante, R\$19.600 referentes aos bônus pagos aos consumidores residenciais.
- b. O passivo não circulante, R\$997 relativos ao montante líquido do acréscimo à tarifa ANEEL.

Observa-se que a diferença entre os bônus pagos e os acréscimos à tarifa pendente de recebimento totaliza R\$18.604, diferença que a Companhia tem a receber remanescente do programa de racionamento. Nesse sentido foi protocolada na ANEEL, no dia 23 de março de 2007, a Carta PR-0453/07 solicitando o ressarcimento pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

13. INVESTIMENTOS

	2008	2.007
Terrenos	2.696	2.696
Edificações	682	682

Maquinas e equipamentos	1.632	1.632
Centro de recreação e lazer dos funcionários	2.811	2.811
Diversos	20	20
Total	7.841	7.841

São registrados pelo custo de aquisição líquido de provisão para perda quando aplicável.

14. INTANGIVEL

		2.008			2.007	
Em serviço	Custo	Taxas anuais média deprec.%	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Distribuição						
Faixas Servidão	2.066	-	-	2.066	1.907	
Softwares	731	20%	(392)	339	412	
Direitos de uso	138	-	-	138	138	
Administração						
Direitos de uso	68	-	-	68	68	
Softwares	17.892	20%	(6.662)	11.230	5.215	
Em curso						
Distribuição	101	-	-	101	238	
Administração	370	-	-	369	50	
TOTAL	21.366		(7.054)	14.312	8.028	

Faixas de Servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, em propriedade particulares de áreas urbanas e rurais, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

15. IMOBILIZADO

	2.008			2.007	
	Custo	Taxas anuais média deprec.%	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição					
Custo de aquisição	1.967.118	4,39%	(819.463)	1.147.655	1.112.389
Reavaliação	1.254.641	7,18%	(328.705)	925.936	1.018.691
Administração					
Custo de aquisição	75.289	8,41%	(39.236)	36.053	40.440
Reavaliação	17.421	11,69%	(8.509)	8.912	10.709
Em curso					
Distribuição	366.108	-	-	366.108	296.355
Administração	45.309	-	-	45.309	25382
TOTAL	3.725.886		(1.195.913)	2.529.973	2.503.966
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Distribuição					
Em serviço	(393.635)	-	-	(393.635)	(387.713)
Em curso	(55.804)	-	-	(55.805)	(41.197)
TOTAL	(449.439)			(449.440)	(428.910)
Imobilizado Líquido	3.276.447		(1.195.913)	2.080.533	2.075.056

Vinculação do Imobilizado

De acordo com os Artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Imobilizado em curso

Referem-se, substancialmente, as obras de expansão em andamento do sistema de distribuição.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Investimento Remunerável

O investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzidos do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida da Concessionária, homologada conforme Resolução Homologatória ANEEL n° 204, de 8 de setembro de 2005, se atualizados pelo IGPM nos reajustes tarifários anuais já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável Revisão	R\$ mil			
	Revisão	Reajuste	Revisão	Revisão
	set/08	set/07	set/06	set/05
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	3.008.320	2.644.549	2.495.298	2.428.927
b) (-) Bens 100% depreciados	423.255	372.075	351.076	341.738
c) Ativo Imobilizado em Serviço – Base de Depreciação	-	-	-	-
d) (-) Depreciação Acumulada 49,5%	1.487.917	1.307.995	1.234.176	1.201.349
e) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	676.643	594.822	561.252	546.324
f) Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	843.760	741.732	699.870	681.255
g) (+) Almojarifado	35.688	31.372	29.602	28.814
h) Investimento Remunerável (B.Remuneração)	879.448	773.104	729.472	710.069
i) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário no.)	13,75%	5,98%	2,73%	
j) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,30%				

16. FORNECEDORES

	2008		2007	
	NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de energia elétrica				
Furnas (a)	99.689	229.975	92.486	250.160
Eletrobrás (b)	56.912	125.315	25.382	167.100
Eletrobrás - suprimento ITAIPU (c)	496.351	-	161.133	-
CDSA (d)	210.345	-	193.543	-
CESP/Eletronorte (e)	29.709	-	-	-
Outros	42.325	-	63.350	-
	935.331	355.290	535.894	417.260
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	14.918	-	10.111	-
	950.249	355.290	546.005	417.260
Materiais e Serviços	118.876	-	112.211	-
	1.069.125	355.290	658.216	417.260

- (a) Refere-se ao faturamento normal e ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 12 de dezembro de 2003, relativo a débitos de energia própria e saldo do instrumento particular de novação e confissão de dívida assinado em 8 de janeiro de 2000. A dívida foi negociada em 216 meses. O saldo da dívida é atualizado pro rata die da variação acumulada do IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 1% ao mês pro rata die.
- (b) Refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida assinado entre as partes em 16 de dezembro de 2003, relativo a débitos de repasse de energia de Itaipu, em 11 de novembro de 2005 o mencionado termo foi aditivado e o prazo de pagamento passou de 216 para 115 meses, onde o saldo devedor é atualizado pela variação do dólar cotação PTAX 800, opção 5, moeda 220 para venda divulgada pelo Banco Central, do dia anterior ao do cálculo, acrescido de juros de 1% ao mês, pro rata die, contados desde o dia 31 de julho de 2003, data da consolidação do débito, conforme cláusula 2ª do citado Termo. Nos cálculos dos juros, a Companhia vem adotando a metodologia de juros simples, por entender que é pactuado conforme a mencionada cláusula e amparada com o parecer jurídico de seus assessores legais, que tem como âncora as súmulas vinculantes do

Supremo Tribunal Federal nº 121 e nº 596, sendo na primeira vedada a cobrança de juros sobre juros (juros compostos) e na outra permitida a cobrança de juros compostos desde que expressamente pactuada em contrato, o que não se verifica no Termo em referência. Visando minimizar possíveis questionamentos futuros por parte do credor quanto à aplicação da metodologia do cálculo de juros, a Administração da Companhia formalizou seu entendimento junto à Eletrobrás e não obteve resposta até a presente data.

- (c) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Eletrobrás/Itaipu.
- (d) Refere-se ao termo de acordo firmado entre CELG e CDSA, homologado pela ANEEL em 30 de setembro de 2004. Esse saldo é acrescido de juros de 1% ao mês pro rata die e multa de 2%; ao instrumento de confissão de dívida em 6 de junho de 2006, será pago em 36 parcelas vencíveis nos dias 8, 18 e 28 de cada mês, atualizado monetariamente pelo IGP-M, mais juros de 1% a.m.; ao termo de acordo, firmado em 27 de setembro de 2006, será pago em 6 parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizado monetariamente pelo IGP-M, juros legais de 1% a.m. ou fração.
- (e) Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados com a CESP e Eletronorte, e ao termo de acordo e parcelamento assinado entre CELG/CESP, cujo montante será atualizado pro rata die pela variação da SELIC e acrescido de juros de 1% a.a.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

	2008			2007		
	Encargos	PRINCIPAL		Encargos	PRINCIPAL	
		Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante
EM MOEDA NACIONAL						
Eletróbrás (a)	10.446	26.785	43.143	4.090	14.986	54.801
Bco Brasil - Lei nº 8727/96 (b)	143	-	-	-	820	6.088
Banco Mercantil do Brasil S.A.	5.341	4.405	-	1.956	10.277	4.298
Banco Industrial e Comercial S.A.	22.981	37.417	69.965	8.447	15.208	26.861
Banco do Brasil S/A	-	4.595	6.546	-	-	-
Banco Pine S.A.	865	39.155	61.395	1.101	36.308	77.550
Banco do Estado de São Paulo S/A	224	3.333	556	-	-	-
Banco BBMS S.A.	2.547	16.250	6.500	2.366	7.875	14.250
Banco Máxima S.A.	46.594	56.339	92.077	29.770	58.507	114.500
Banco Daycoval S.A.	1.351	11.352	4.514	1.390	9.805	536
Banco Intercap S.A.	46	3.635	-	39	2.500	1.875
Banco Itaú S.A.	3.477	20.433	-	-	-	-
Lemon Bank - Banco Múltiplo S.A.	1.146	8.638	23.179	377	18.000	22.750
Banco Sofisa S.A.	8.449	13.414	13.968	5.438	12.569	25.000
Banco Tricuri S.A.	81	5.763	3.655	92	8.379	1.503
Banco Fibra S.A.	12.002	23.611	23.333	2.551	15.056	26.945
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	150	15.000	5.000	218	10.000	20.000
Banco Indusval S.A.	5.320	13.077	18.850	3.017	17.539	13.513
Intermedium S.A.	1.147	4.528	3.037	325	5.136	2.774
Banco Paulista S.A.	11	1.250	208	7	2.800	-
Banco Prosper S.A.	52.987	19.201	70.928	22.953	12.000	92.403
Banco Semear S.A.	28	609	-	250	2.271	609
Banco Banif Brasil S.A.	3.350	11.190	13.190	3.915	10.619	24.381
Banco Standard Investimento S.A.	1.981	16.667	13.333	288	10.000	10.000
Banco Rendimento S.A.	-	-	-	22	2.828	-
Banco Credíbel S.A.	-	-	-	1.137	9.602	-
CELG MED (c)	117	1.094	-	116	1.021	-
Eletra (d)	4.177	32.515	152.966	3.990	26.909	158.214
ZFAC Comercial Ltda.	-	4.518	340	-	2.051	3.056
Outras Instituições	-	-	4.089	-	-	3.850
Total em Moeda Nacional	184.961	394.774	630.772	93.855	323.066	705.757
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Credit National	-	58	165	-	378	180
O.E.C.F. (e)	1.450	17.417	121.918	1.060	10.693	85.539
Total em Moeda Estrangeira	1.450	17.475	122.083	1.060	11.071	85.719
TOTAL GERAL	186.411	412.249	752.855	94.915	334.137	791.476

O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, desdobra-se por tipo de moeda da seguinte forma:

MOEDA	2008			2007		
	TAXA	MOEDA/MIL	R\$MIL	TAXA	MOEDA/MIL	R\$MIL
EURO	3,23815	69	223	2,60859	214	558
Y	0,0258	5.456.783	140.785	0.015839	6.142.547	97.292
TOTAL			141.008			97.850

A variação de câmbio das moedas está a seguir demonstrada:

MOEDA	2008 (%)	2007 (%)
EURO	24,1341	(7,5046)
Y	62,8890	(11,7801)

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

(a) Eletrobrás - refere-se a vários contratos de financiamentos.

O total será pago da seguinte forma:

	Nº PARCELAS	ENCARGOS	ATUALIZAÇÃO	VENC.A PARTIR	R\$MIL
Eletrobrás - 17/2004	120	5,00% a. a	UFIR	30/11/2008	10.080
Eletrobrás - 66/2000	120	5,00% a. a	UFIR	30/07/2002	52.948
Eletrobrás - 68/2000	60	5,00% a. a	UFIR	30/11/2008	3.595
Eletrobrás - 49/2006	120	5,00% a. a	UFIR	30/11/2008	13.751
TOTAL					80.374

(b) Banco do Brasil - Lei nº 8.727/96 - refere-se ao saldo do contrato particular de confissão de dívida com a União (Resolução n.º 36/92) do Senado Federal. Esse contrato possui amortização mensal até 1º de março de 2014, cujas parcelas serão atualizadas com base na variação do IGP-M do mês anterior, acrescido de juros de 10,73% a.a.

(c) CELG MED - refere-se ao saldo do instrumento particular de consolidação e parcelamento de débito, junto ao Plano Básico de Assistência à Saúde da CELG MED. O saldo está sendo amortizado em 60 parcelas mensais a partir de 30 de janeiro de 2002, com atualização com base nas variações acumuladas do INPC-IBGE e juros 1% a.m.

(d) ELETRA - refere-se ao saldo de instrumentos particulares de consolidação e parcelamento de débito referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da ELETRA e refinanciamento de saldo devedor de outros débitos. O saldo é amortizado em 181 parcelas mensais a partir de 25 de agosto de 2005, conforme termo aditivo, atualização com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.

(e) OECE - refere-se ao saldo de financiamento destinado à ampliação do sistema de transmissão, subestações e distribuição, sujeito a encargos semestrais a taxas fixas de 4% a.a. e 3,25% a.a. e carência de sete anos. A amortização é feita em 37 parcelas semestrais e consecutivas, tendo início em setembro de 1998 e término em setembro de 2016.

18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	2008		2007	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS (b)	199.738	-	138.143	-
INSS	4.698	-	6.287	-
PIS	3.500	-	6.296	-
COFINS	15.730	-	20.224	-
REFIS/ PAES/PAEX (a)	36.387	66.396	37.764	90.447
ISS	8.538	-	6.971	-
PARCELAMENTO DE ICMS (b)	31.476	89.587	-	-
Outros	5.665	-	5.025	-
TOTAL	305.732	155.983	220.710	90.447

(a) REFIS/PAES/PAEX

Em fevereiro de 2000, através da Medida Provisória nº 2.004/03, convertida na Lei nº 9.964/00 em 10 de abril, o Governo Federal instituiu o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que em sua normatização permitiu ao contribuinte quitar os juros e multas dos tributos em atraso utilizando créditos fiscais próprios ou de terceiro (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social). A Companhia, em 3 de março de 2000, aderiu ao referido programa, parcelando os tributos em atraso no total de R\$217.477. Tal valor é composto como segue:

Tributo	Principal	Multa	Juros	Total
PIS/PASEP	16.328	4.575	12.033	32.936
COFINS	91.591	21.633	57.232	170.456
CSLL	613	123	351	1.087
INSS	10.738	1.234	1.026	12.998
TOTAL	119.270	27.565	70.642	217.477

A Companhia, com base no regulamento do REFIS, optou por quitar os juros e multas no montante de R\$98.207 com créditos de terceiros. Para tanto, adquiriu prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de várias empresas estatais em processo de encerramento de suas atividades. A mencionada aquisição foi realizada aplicando-se um deságio de 98% sobre o montante dos créditos transferidos. Os pedidos de transferências dos créditos foram protocolados na Secretaria da Receita Federal - SRF sob os seguintes números:

Processo	Cedente	Tipo de crédito	Valor
10120.003122/00-64	Caixego	Contribuição social	40.096
10120.003120/00-39	Caixego	Prejuízo fiscal	36.970
10120.003123/00-27	BD-Goiás	Prejuízo fiscal	4.532
10120.000794/01-98	Emater	Base negativa contribuição social	2.948
10120.000794/01-98	Emater	Prejuízo fiscal	6.231
10120.000795/01-32	Crisa	Base negativa contribuição social	1.808
10120.000795/01-32	Crisa	Prejuízo fiscal	3.053
10120.000793/01-43	Cerne	Base negativa contribuição social	944
10120.000793/01-43	Cerne	Prejuízo fiscal	1.625
TOTAL			98.207

Até a presente data foram homologados apenas os créditos cedidos pela Emater. Em relação aos créditos cedidos pela Caixego, houve a negativa da transferência por parte da Receita Federal. Diante do exposto, a Companhia encaminhou recurso administrativo e não obteve êxito no processo da transferência de prejuízo fiscal, o que levou à contratação de advogados externos para os encaminhamentos judiciais necessários, e já obteve sentença favorável estando na fase de recurso pela União e, conforme opinião dos assessores jurídicos, a possibilidade da Companhia é obter êxito provável de ganho. Em relação ao processo de transferência de contribuição social, ainda não houve decisão do Conselho de Contribuintes. Para os demais créditos não houve pronunciamento por parte da Receita Federal.

Através da Lei nº 10.684/2003, de 30 de maio, foi editado pelo Governo Federal o REFIS II ou Parcelamento Especial - PAES, permitindo ao contribuinte inadimplente em relação aos tributos federais, mesmo que com o parcelamento no REFIS, poderiam formalizar a desistência e aderir ao PAES inscrevendo novos débitos, o que foi feito pela Companhia em 31 de julho de 2003.

Em 29 de junho de 2006, através da Medida Provisória nº 303, o Governo Federal anunciou novo programa de Recuperação Fiscal - REFIS III ou Parcelamento Excepcional - PAEX, o qual permitia o contribuinte que mantinha o parcelamento PAES e estava inadimplente com a União desistir do parcelamento no PAES e aderir ao PAEX, sendo os débitos remanescentes do PAES, ou seja, os tributos vencidos até 28 de fevereiro de 2003 são parcelados em 130 meses e os débitos com vencimentos entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005 são parcelados em 120 meses e os débitos vencidos após 31 de dezembro de 2005, parcelados em 60 meses. Com a opção ao PAEX, a Companhia mantém atualmente três parcelamentos junto à União, os quais se encontram na fase de consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil, onde a Companhia aguarda esse posicionamento, tendo todas as pendências sanadas.

Com relação aos valores inseridos nos Programas REFIS/PAES/PAEX, ressalta-se que eventual exclusão da pessoa jurídica do referido Programa do Governo Federal implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo da dívida e automática execução da garantia prestada. Com o ingresso no parcelamento especial - PAES/PAEX, a CELG assumiu determinadas obrigações, conforme legislação correspondente, dentre as quais se destacam:

- A autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal - SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira.
- O acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas.
- O cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
- O pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º março de 2003, em relação às quais fica excluída qualquer outra forma de pagamento.

(b) PARCELAMENTO DE ICMS

Refere-se ao termo de acordo de parcelamento de débito celebrado entre a CELG D e a Secretaria da Fazenda, o qual foi assinado em 31 de março de 2008. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento no dia 25 de cada mês, e será acrescido de juros pré-fixados de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês e de atualização monetária mensal pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor -

Disponibilidade Interna - IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, conforme dispõe o CTE – Código Tributário Estadual.

19. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta “obrigações estimadas” é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2008	Apropriação 2008	2007
Imposto de renda s/ receitas diferidas (*)	130.555	(13.406)	143.961
Contribuição social s/ receitas diferidas (*)	47.000	(4.826)	51.826
	177.555	(18.232)	195.787
IR s/ reavaliação – circulante	21.608	(762)	22.370
CSSL - s/ reavaliação – circulante	7.780	(274)	8.054
	29.388	(1.036)	30.424
Folha de pagamento	36.800	6.385	30.415
Total – circulante	243.743	(12.883)	256.626
IR diferido – não circulante	212.377	(22.880)	235.257
CSSL - diferida – não circulante	76.456	(8.237)	84.693
Total – não circulante	288.833	(31.117)	319.950
TOTAL GERAL	532.576	(44.000)	576.576

(*) Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre: a) receitas com variação cambial credora; b) receitas de atualização das contas a receber do poder público; e c) reserva de reavaliação. Essas provisões são efetuadas em observância ao regime contábil de competência.

20. TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	2008			2007
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização - ANEEL	6.713	-	5.820	-
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR (a)	35.284	83.882	20.826	79.759
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC (a)	257.690	489.968	155.174	465.352
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (a)	190.570	154.999	104.890	147.064
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	42.388	-	28.125	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	49.873	-	35.690	-
Programa de Inc. de Fontes Alternativas - Proinfa	35.857	-	15.184	-
	<u>618.375</u>	<u>728.849</u>	<u>365.709</u>	<u>692.175</u>

- (a) Refere-se principalmente ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebrado entre CELG e Eletrobrás, o qual foi aditivado em 5 de outubro de 2006. O montante foi parcelado em 115 meses, com vencimento dia 5 de cada mês, onde o valor da parcela é determinado pela aplicação de um percentual sobre a receita operacional líquida e o saldo devedor é atualizado com base na aplicação pro rata temporis da variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas e sobre ele incide juros de 1% a.m. pro rata die, contados a partir de 31 de agosto de 2006.

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

CIRCULANTE	2008			2007		
	No Exercício		Provisão Acum.	No Exercício		Provisão Acum.
	Baixa	Provisão		Baixa	Provisão	
Trabalhistas						
Diversos	25.618	b.1	26.746	18.398	12.059	20.378
Cíveis						
Outros valores contingenciados	59.700	b.2	67.319	35.578	44.171	40.927
Subtotal 1	85.318		94.065	53.976	56.230	61.305
Fiscais						
Notificações Fiscais - INSS	14.999	b.3	67	2.488	2.789	10.430
Nulidade de Convênio do ICMS - Prefeituras	1.481	b.3	96.531	144.117	18.694	34.953
Autos de Infração - AGR/Aneel	-	b.3	1.102	13.078	-	11.976
Outros valores contingenciados	84.272	b.3	84.851	7.153	387	4.907
Subtotal 2	100.752		182.551	166.836	21.870	62.266
TOTAL - CIRCULANTE (Subtotal 1 + Subtotal 2)	<u>186.070</u>		<u>276.616</u>	<u>220.812</u>	<u>78.100</u>	<u>123.571</u>

- A CELG Distribuição S.A. - CELG D é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais.
- Os critérios de divulgação das contingências passivas consubstanciaram-se na Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005.

a. Contingências passivas

A CELG D, ao final do exercício de 2008, responde por aproximadamente 2.195 (dois mil cento e noventa e cinco) processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, interpostas contra a Companhia. Nesse sentido, todas as causas foram avaliadas individualmente pela área jurídica, de forma conservadora, e os valores estimados de prováveis perdas foram provisionados com base em valores julgados suficientes para cobertura das contingências.

Destes 2.195 processos, 406 foram classificados como possibilidade de perda remota 1.159 com possibilidade de perda possível e 630 com possibilidade de perda provável. Os processos com possibilidade de perda provável foram 100% provisionados e os processos com possibilidade de perda possível e remota não foram provisionados.

b. Principais variações das contingências passivas com probabilidade de perda provável

b.1. Provisão das contingências trabalhistas (circulante)

As principais causas trabalhistas referem-se às reivindicações de ex-funcionários, funcionários de empresas terceirizadas e sindicato para o pagamento de ajustes salariais (horas-extras, equiparações salariais, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, diferenças de horas de sobreaviso/prontidão e outras reivindicações).

Dentre essas causas, a de maior relevância refere-se à causa que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (STIUEG) move contra a Companhia, referente às diferenças pleiteadas de horas de sobreaviso e prontidão, causa provisionada como perda provável no valor de R\$5.841.

b.2. Provisão das contingências cíveis (circulante)

Os valores decorrentes de processos cíveis na esfera judicial e/ou administrativa são relativos a ações ordinárias de cobrança, com possibilidade provável de perda.

Essas ações cíveis referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais sendo relevantes as ações movidas pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, no valor de R\$3.000, e Urbanizadora Caldas Novas Ltda., no valor de R\$4.056, Alice Ikeda, no valor de R\$2.839, Ministério Público de Goiás, R\$ 1.140, e CESP no valor de R\$8.411.

b.3. Provisão das contingências fiscais (circulante)

As variações ocorridas nesta rubrica resumem-se nas seguintes assertivas:

- Baixa de R\$14.999 referente a parcelamento de notificações fiscais de lançamento de débito efetuado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS.
- Aumento de R\$96.531 referente ao provisionamento de várias ações de nulidade de convênio do ICMS, movidas pelas seguintes prefeituras municipais: Anicuns,

Itaçu, Porangatu, Rubiataba, Cristalina, Cromínia, Heitorai, Marzagão, Mineiros, Mossamedes, Palminópolis, Pontalina, Quirinópolis, Sanclerlândia, Santo Antônio da Barra, Uruaçu, Goianira, Mambaí, São Miguel do Araguaia, Fazenda Nova, Formoso, Piracanjuba, Aragoiânia, Edealina, Brazabranes, Cocalzinho, Amaralina, Santa Bárbara, São Francisco de Goiás, Itapuranga, Aruanã, Amarinópolis, Cachoeira Dourada, Edéia, Firminópolis, Goiatuba, Indiará, Iporá, Jataí, Montes Claros de Goiás, Nova Iguaçu de Goiás, Portelândia, Rialma, Turvânia, Vila Boa, Aparecida de Goiânia, Silvania, Bom Jesus, Vicentinópolis, Cachoeira alta, Doverlândia, Leopoldo de Bulhões, Piranhas, Paranaiguara, Mara Rosa, Itapaci, Aloândia, Alto Horizonte, Caturaí, Joviânia, Teresópolis, Cumari, Pirenópolis, Alto Paraíso, Alexânia, Aurilândia, Bonfinópolis, Caiapônia, Ceres, Porteirão, Vianópolis, Itarumã, Ouvidor, Novo Gama e Goianópolis.

- Aumento de R\$84 relacionado ao provisionamento de outras ações de natureza administrativa/tributária.

c. Contingências passivas com possibilidade de perda possível ou remota

A CELG D discute em juízo outras ações para as quais considera ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

- Autos de Infração lavrados pela SRF em julho de 2005 e março de 2007, referentes à exclusão da ICMS da base de cálculo da COFINS, no valor de R\$210.535.
- Autos de Infração lavrados pela SRF em julho de 2005 e março de 2007, referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP, no valor de R\$54.277.
- Ação Civil Pública com pedido de liminar, visando à obtenção da declaração de nulidade das Portarias nº 38/86 e nº 45/86, movida pela ASSOBRAEE - Associação Brasileira de Consumidores de Águas e Energia Elétrica, no valor de R\$40.000.
- Auto de Infração da Prefeitura de Formosa, referente ao ISS, no valor de R\$10.155.
- Ação de cobrança com pedido antecipado de tutela, movida pelo Município de Goianésia, no valor de R\$5.000.
- Ação relacionada ao questionamento à Portaria nº 27/87, movida pela Indústria de Bebidas Antártica do Sudoeste S.A., no valor de R\$3.000.
- Notificações fiscais de lançamento de débitos, lavradas pela Prefeitura de Goiânia, no valor de R\$32.745.
- Ações de indenizações trabalhistas, no montante de R\$14.535.
- Ação de indenizações cíveis, no valor de R\$23.342.

Adicionalmente às questões acima, a CELG D está envolvida, seja como autora ou ré, em outros litígios de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração e o corpo jurídico da Companhia acreditam que possuem defesas adequadas para esses litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a essas questões que possam refletir negativamente na posição financeira e no resultado operacional da Companhia.

d. Contingências ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário, dessa forma, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis.

e. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

1.1.1.1

22. CREDORES DIVERSOS

	2008		2007	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Conta Compensação Variação de Custos "Parcela A"(*)	5.590	266.025	60.828	96.289
Contribuição da Patrocinadora e Permuta-ELETRA	5.516	-	4.880	-
Rentabilidade de obras executadas p/ consumidores	13.909	-	13.805	-
Outros	12.273	-	7.048	-
TOTAL	37.288	266.025	86.561	96.289

(*) Refere-se à variação negativa dos custos dos itens que compõem a parcela "A" da tarifa, estabelecida pela Portaria Interministerial n° 25, de 21 de janeiro de 2002. Considerando que a empresa não está aplicando o reajuste do IRT 2008, optamos pela transferência do saldo para o longo prazo, por não ter previsão da realização dos Ativos Regulatórios.

23. OUTROS

DESCRIÇÃO	2008	2007
Encargo de capacidade emergencial	619	619
Recurso destinado ao aumento de capital-estado	14.214	14.214
Prefeitura de Santa Helena	1.404	2.844
Secretaria de Estado da Fazenda	1.914	13.998
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/CELG	8.246	9.932
Contribuição iluminação pública	43.619	31.878
Recursos cons. destinado ao Programa Luz no Campo	5.623	3.372
Sindicato STIUEG	7.235	26.310
Outros	2.304	5.740
TOTAL	85.178	108.907

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Composição em:	2008	no ano	2007
Capital Subscrito em Ações Ordinárias(a)	32.780.366	-	32.780.366
Capital Autorizado em Ações Ordinárias	60.000.000	-	60.000.000
Capital Realizado	390.419	-	390.419
Reserva de Reavaliação	617.723	62.414	680.137
Prejuízos Acumulados	(821.445)	181.826	(639.619)
Total das Reservas	(203.722)	-	40.518
Recurso destinado ao aumento de capital	22.450	-	22.450
TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	209.147	244.240	453.387

(a) As ações ordinárias são nominativas e sem valor nominal. Nesse exercício não houve provisionamento de dividendos tendo-se em vista os prejuízos acumulados da Companhia.

25. RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUPRIMENTO

A composição da receita de fornecimento, por classe, é a seguinte:

CLASSES	N.º CONSUMIDORES		MWH		R\$MIL	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Residencial	1.777.757	1.705.600	2.812.687	2.681.889	1.157.345	1.169.344
Industrial	11.606	12.055	1.893.065	1.712.224	599.751	571.388
Com. Serv. Outras Atividades	171.973	165.383	1.534.177	1.410.212	618.272	592.870
Rural	154.930	148.800	1.003.761	1.002.590	227.597	215.075
Poderes Públicos	14.466	13.734	296.765	289.992	116.657	110.795
Iluminação Pública	557	553	476.045	465.801	113.848	115.206
Serviço Público	1.829	1.779	307.462	303.784	85.789	88.062
Consumo Próprio	322	345	7.048	6.713	-	-
Fornecimento não faturado (liq.)	-	-	-	-	23.019	81
Total Fornecimento	2.133.440	2.048.249	8.331.010	7.873.205	2.942.278	2.862.821
Suprimento	2	2	74.380	70.801	6.869	7.707
TOTAL GERAL	2.133.442	2.048.251	8.405.390	7.944.006	2.949.147	2.870.528

26. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

A composição da energia	comprada para		revenda	
	2008	2007	2008	2007
FORNECEDOR	MWH	MWH	R\$	R\$
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A-ITAIPU	2.223.846	1.613.580	195.942	144.193
FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A	1.679.893	1.657.988	125.991	118.126
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	934.021	894.951	76.255	69.304
COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO	1.305.906	1.156.773	87.745	70.588
RIALMA COMPANHIA ENERGETICA S/A	193.960	162.595	28.551	22.069
CENTRAIS ELETRICAS CACHOEIRA DOURADA S/A	238.185	1.222.020	21.934	104.405
COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	575.145	518.631	44.167	37.156
COPEL GERAÇÃO S/A	501.390	474.175	36.362	32.331
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSM. DE ELÉTRI	113.366	113.073	7.819	7.440
COCAL TERMOELETRICA S/A	5.040	-	469	-
CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S/A	228.104	193.537	18.589	14.675
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	33.765	-	3.138	-
CEB PARTICIPAÇÕES S/A	4.537	-	569	-
CMS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	83.448	-	11.755	-
DUKY ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S/A	324.178	323.314	26.827	25.522
ENGUIA GEN BA LTDA 6.386	29.741	-	5.892	-
ENGUIA GEN CE LTDA 6.227	25.708	-	5.894	-
ENGUIA GEN PI LTDA 3.044	14.114	-	3.870	-
ESPORA ENERGETICA S/A	206.425	205.860	26.741	24.750
ENERGEST S/A	61.026	32.854	4.210	2.084
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S/A	29.691	39.084	2.947	2.745
LIGHT ENERGIA S/A	146.403	146.025	8.944	8.510
TERMORIO S/A	30.884	-	5.147	-
TRACTEBEL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA	36.273	-	3.467	-
TRACTEBEL ENERGIA S/A	23.662	11.204	1.861	865
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS	146.552	-	20.116	-
PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A	505	-	61	-
PLANEJAMENTO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO LTDA	5.683	4.928	809	653
PIE-RP TERMOELETRICA S/A	4.536	-	387	-
USINA SANTA ADELIA S/A	3.024	-	408	-
USINA TERMOELÉRICA DE ANÁPOLIS	9.576	-	2.765	-
USINA XAVANTES S/A	10.586	-	2.783	-
USJ – AÇÚCAR E ALCOOL S/A	3.024	-	416	-
EDP LAJEADO ENERGIA	1.008	-	126	-
RIACHÃO ENEGETICA S/A	8.511	-	1.361	-
MECANISMO COMPENSAÇÃO SOBRAS E DEFICITS	10.242	5.348	711	172
ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	9.251.958	8.775.940	785.029	685.588
Energia CVA	-	-	-5.172	18.117
Programa Incentivo às Fontes de Energia Alternativa-PROINFA	142.844	89.119	12.909	14.380
Créditos - LEI 10.833	-	-	-91.334	-63.419
	9.394.802	8.865.059	701.432	654.666
ENERGIA CURTO PRAZO				
Comercialização no âmbito CCEE	456.264	363.957	92.678	35.565
TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA	9.851.066	9.229.016	794.110	690.231

A diferença entre os montantes da energia comprada e de energia vendida (nota explicativa nº 25) corresponde às perdas globais da CELG D, inclusive às perdas na rede básica. As perdas na rede da CELG D no ano de 2008 ficaram 14,68%. Desse total, aproximadamente 2,00% são perdas da rede básica, 10,08% são perdas técnicas e 2,60% são perdas não técnicas.

27. GASTOS OPERACIONAIS

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CUSTO DO SERVIÇO				DESPESAS GERAIS E ADMINIST.		TOTAL	
	C/ENERGIA ELÉTRICA		DE OPERAÇÃO				2008	2007
	2008	2007	2008	2007	2008	2007		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	794.110	690.231	-	-	-	-	794.110	690.231
Encargos Uso Sist.Transmissão Distribuição	94.623	156.425	-	-	-	-	94.623	156.425
Pessoal e Administradores	-	-	136.980	131.718	130.224	109.378	267.204	241.096
Entidade de Previdência Privada	-	-	4.995	4.192	4.332	4.103	9.327	8.295
Material	-	-	6.916	4.882	4.177	4.112	11.093	8.994
Serviços de terceiros	-	-	228.976	242.040	70.312	82.732	299.288	324.772
Depreciação e Amortização	-	-	160.268	189.997	9.482	9.647	169.750	199.644
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	-	-	(8.510)	3.982	-	44	(8.510)	4.026
Provisão para Contingência	-	-	-	-	108.418	83.968	108.418	83.968
Taxa Fiscalização	-	-	5.388	5.021	-	-	5.388	5.021
Outras	-	-	9.634	3.165	9.458	(33.885)	19.092	(30.720)
TOTAL	888.733	846.656	544.647	584.997	336.403	260.099	1.769.783	1.691.752

28. SEGUROS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2008, não possuía apólice de seguro de seus bens e instalações.

29. ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir no exercício de 2008, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

30. PLANO DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da Companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A CELG, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos beneficiários, sendo o primeiro, instituído originalmente, na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e o outro denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a

partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento.

A CELG tem responsabilidade, no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da CELG, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Cobertura do Déficit Técnico

Para a cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a CELG celebrou Instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da Companhia (vide nota explicativa nº 17).

c) Descrição do Plano de Benefício Definido

c1) Características

Os benefícios desse Plano, abaixo relacionados, são concedidos a partir do SRB - Salário Real de Benefício regulamentado e calculado, com limites, sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão:

BENEFÍCIO

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço proporcional
- Suplementação de aposentadoria especial
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação antecipada de aposentadoria
- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de auxílio-doença
- Suplementação de pensão
- Suplementação de abono anual
- Suplementação especial
- Reserva de poupança
- Benefício proporcional diferido
- Suplementação de aposentadoria

c2) Contribuição da Patrocinadora e dos Participantes

TIPO DE CONTRIBUIÇÃO	PATROCINADORA (1)		PARTICIPANTES (2)	
	2008	2007	2008	2007
NORMAL	13,09	9,23	16,46	15,53
EXTRAORDINÁRIA	3,52	3,52	3,52	3,52
TOTAL	16,61	12,75	19,98	19,05

- (1) Taxas sobre o salário real de contribuição
 (2) Taxas resultantes de aplicação da tabela a seguir

c3) Contribuição Individual dos Participantes Ativos

PARCELA DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	2008		%	2007		%
	DE	ATÉ		DE	ATÉ	
Primeira Faixa	-	1.519,50	11,53	-	1.447,14	11,53
Segunda Faixa	1.519,50	3.038,99	14,80	1.447,14	2.894,28	14,80
Terceira Faixa	3.038,99	9.116,98	18,06	2.894,28	8.682,84	18,06
Contribuição Média			16,46			15,53
Contribuição extraordinária			3,52			3,52
Contribuição Média Total			19,98			19,05

d) Descrição do Plano Misto de Benefícios

d1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescida de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação do Abono Anual

e) Premissas Atuariais

As premissas utilizadas para avaliação atuarial, sob os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 371/2000, conforme determinação do item 49.c do pronunciamento anexo à mesma, foi aplicado o Método PUC para obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial, executadas por atuário especializado, foram às seguintes:

e1) Premissas Biométricas

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes Premissas Biométricas:

- AT-83-Male (Tábua Geral – Ativos)
- CSO-58-Male (Tábua Geral – Anuidade de Pensão – Ativos)
- CSO-58-Male (Tábua – Risco Morte-Pensão/Capitalização)
- TASA 1927 (Entrada em Invalidez)
- IAPC (Tábua de Inválidos)
- TÁBUAS DE ATIVOS – Combinação das Tábuas AT83-Male e TASA-1927 (Método Multidecremental)

e2) Premissas Econômicas

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas:

- Taxa Real de Juros: 6% a. a.
- Taxa Estimada de Inflação: 4% a. a.
- Taxa de Rotatividade: (Ativos) 0% a. a.
- Taxa de Crescimento Salarial (aplicada apenas aos Ativos): 1% a.a.
- Taxa de Crescimento de Benefício: 0% a. a.
- Capacidade Salarial: 98,22%
- Capacidade de Benefícios: 98,22%
- Índices dos Planos: INPC-IBGE
- Método de Financiamento: Crédito Unitário Projetado (PUC)
- Valor da Unidade Monetária ELETRA: R\$233,00
- Valor do Piso de Benefício: R\$240,23
- Teto de Regime Geral de Previdência Social - RGPS: R\$3.038,99
- Teto do Salário-Real-de-Contribuição:
 - *Plano BD: R\$9.116,98
 - *Plano CELGPREV: R\$6.990,00

e3) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entradas: Não Aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: Família Média Calculada com Base em Informações.
- Os salários, benefícios e demais variáveis financeiras (tetos, pisos e UME) foram reajustados pelo INPC entre a data do cadastro e 31 de dezembro de 2008.

f) Custo do Patrocinador

No exercício de 2008 o montante de contribuições da CELG para a ELETRA foi de R\$9.327 mil e R\$8.296 mil em 2007.

g) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuariais

g1) De acordo com a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre a Patrocinadora, os Participantes e os Assistidos enquanto os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

g2) De acordo com o parecer atuarial emitido pela ATUARIAL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, o registro de passivos já efetuados

pela CELG, em razão de Contrato de Confissão de Dívidas, já mencionado, não apresentou efeitos significativos quanto à insuficiência de reservas matemáticas em atendimento à Deliberação CVM nº 371/2000.

31. REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Companhia observa os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício de 2008, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram R\$ 25 mil e R\$ 1 mil, respectivamente. Com relação à Diretoria, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 25 mil.

32. RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE TRIBUTOS SOBRE A RENDA

A seguir é apresentada uma reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre as rendas divulgadas e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro 2007:

	CSSL	IR
1) CÁLCULO DO LUCRO REAL		
Prejuízo Contábil	(368.947)	(368.947)
Adições:		
Variações Cambiais a Realizar	268.243	268.243
Depreciação Dif. IPC/ BTN	7.667	-
Depreciação Reavaliação	88.451	88.451
Baixa do Permanente Dif. IPC/BTN	316	-
Baixa do Permanente Reavaliação	6.117	6.117
Provisões não dedutíveis	260.972	260.972
Variações Cambiais Realizadas	27.160	27.160
Recomposição Tarifária Realizada		
Realização de At. Monet Diferida	95.354	95.354
Outros		68
Total Adições	754.280	746.364
Exclusões:		
Reversão de Provisões	179.135	179.135
Variações Cambiais Diferidas	57.192	57.192
Variações Monetárias Diferidas	256.960	256.960
Total Exclusões	493.287	493.287
PREJUÍZO FISCAL/BASE NEGATIVA DO EXERCÍCIO	(107.954)	(115.869)
2) EFEITOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
2.1) Crédito Tributário Constituído (nota 8)	23.975	68.579

2.2) Provisão IR dif. s/ Receitas Diferidas (nota 19)	(4.826)	(13.406)
2.3) Efeito Líquido no Resultado	19.149	55.173
3) PROVISÃO DO IR e CSSL s/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO		
3.1) Longo Prazo (nota 19)	8.237	22.880
4) TOTAL DA PROVISÃO DO IR E CSSL = (2.2 + 3.1)	3.411	9.474

O montante de créditos tributários computados no resultado do exercício, (conforme descrito na nota explicativa nº 8) é decorrente de saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e adições intertemporárias e leva em consideração as obrigações fiscais de mesma natureza, cujos saldos sofreram acréscimo em decorrência de reavaliação de ativos.

33. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2008	2007
Receitas		
Variações Cambiais	57.192	79.293
Variações Monetárias	14.175	12.866
Atualização do Contas a Receber - Fornecimento	78.013	19.185
Atualização do Contas a Receber - Estado de Goiás	379.086	144.065
Rendas	63.401	39.755
Outras	16.047	56.187
Totais - Receitas	607.914	351.351
Despesas		
Variações Cambiais	152.251	31.505
Variações Monetárias	46.401	52.665
Encargos de Dívidas	184.720	49.601
Encargos s/ Emprést. Bancários de Curto Prazo	229.317	175.115
Encargo s/ Dívida Eletrobrás	252.473	117.325
Encargos s/ Dívida Furnas - Longo Prazo	66.602	41.904
Outras	45.510	127.337
Totais - Despesas	977.274	595.452
Total Geral - Resultado Financeiro	(369.360)	(244.101)

34. PROGRAMA "LUZ PARA TODOS"

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa "Luz para Todos" - PLPT, atribuindo sua coordenação ao Ministério de Minas e

Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A Portaria ANEEL nº 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados. O referido Programa visa disponibilizar energia elétrica à parcela da população do meio rural que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, estabelece até o final de 2009 como nova meta para conclusão do referido Programa.

A Companhia firmou dois termos de compromisso entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia e o Governo do Estado de Goiás, em que se definiu o total de 56.394 atendimentos no âmbito do PLPT. O desembolso realizado pela CELG D na execução do referido programa totaliza R\$222.961 e foram beneficiados 29.200 consumidores. As fontes de recursos para custeio do programa estão distribuídas em 40% da CDE - Conta do Desenvolvimento Energético, 20% do Tesouro do Estado de Goiás e 40% da CELG D, sendo 25% financiado junto à ELETROBRÁS e 15% de recursos próprios.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da CELG D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a CELG D vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra tal risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (*swap*) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2. Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu:

A CELG está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas (vide nota explicativa nº 11).

.3. Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a CELG D vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a

projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4. Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Companhia analisa continuamente as situações em aberto e, nesse sentido, renegociou os valores devidos pelo Estado de Goiás, conforme nota explicativa nº 7, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5. Risco quanto à escassez de energia

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Companhia. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e quantidade de chuva já registrada no exercício de 2008, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê um novo programa de racionamento.

a.6. Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, com relação aos valores inseridos no Programa PAEX, a eventual exclusão da Companhia desse programa implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e automática execução das garantias prestadas. A Administração da Companhia entende ser remota a possibilidade de exclusão desse programa, pois os valores pendentes de pagamento estão em processo de regularização.

b. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações bem como saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e as taxas em relação ao praticado no mercado.

A valorização dos principais instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

b.1. Disponibilidades e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos se aproxima dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais.

b.2. Títulos a receber de setores públicos estaduais e municipais

Os valores são mantidos no ativo da Companhia e contemplam a atualização monetária até a data do balanço. Não foi praticável estimar os valores de mercado desses créditos.

b.3. Empréstimos e financiamentos

Estão atualizados por suas moedas de origem até a data do balanço e seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31 de dezembro de 2008, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	2008	2007
Ativo Circulante		
ESTADO DE GOIÁS		
Fornecimento de Energia Elétrica	17.366	21.261
Lei nº 13.062/97 (nota 7)	29.126	24.973
Quarto Termo (nota 7)	128.023	187.438
Outros débitos (nota 7)	88.326	-
Servidores à disposição	1.088	2.368
CELG Geração e Transmissão - CELG G&T		
Contratos	14.907	7.304
Companhia Celg de Participações -CELG PAR		
Contas a receber	255	-
Realizável a Longo Prazo		
Quarto Termo (nota 7)	1.293.237	1.073.491
CELG Geração e Transmissão - CELG G&T	12.601	14.592
Passivo Circulante		
CELG Geração e Transmissão - CELG G&T	9.546	-
Resultado do Exercício		
ESTADO DE GOIÁS		
Receita de Fornecimento	9.257	14.494
Receita com atualização	379.086	144.065

37. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Celg D desenvolveu estudos voltados para mitigação dos impactos ambientais, preservando os recursos naturais. Com adoção destes estudos foram realizadas ações que evitaram, minimizaram ou compensaram os impactos gerados pela implantação de linhas e subestações, com esses estudos foram gastos R\$92 mil, sendo que o valor de R\$34 foi registrado do ativo imobilizado e R\$58 mil no custo/despesa.

Tais ações são iniciadas na fase de planejamento para escolha do melhor traçado das linhas de transmissão e localização das subestações.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Acerto de contas Estado/CELG D

Em 25 de julho de 2001, o Governo do Estado de Goiás e a então Companhia Energética de Goiás - CELG, controlada pelo primeiro, celebraram Termo de Encontro de Contas, no valor de R\$ 1.016.770 mil, pelo qual o Estado passou a reconhecer formalmente aquele crédito da sua controlada. Ao documento original, foram agregados quatro aditivos, celebrados em 06 de setembro de 2001, 30 de outubro de 2003, 29 de dezembro de 2005 e 30 de novembro de 2006, respectivamente, nos quais se ajustaram, inclusive, as condições de atualização monetária e juros incidentes. A formação desse crédito deu-se pela realização, por meio da empresa, ao longo de muitos anos, de grande volume de obras e serviços de interesse e responsabilidade exclusivos de seu controlador.

No ano de 2007, em processo de desverticalização das concessionárias de energia elétrica, conforme exigência da Lei nº 10.848/2004, foram criadas as empresas CELG Distribuição S/A (CELG D) e CELG Geração e Transmissão S/A (CELG G&T), ambas constituídas pela alocação de ativos e passivos da antiga CELG. Nesse aspecto, coube à CELG D os créditos oriundos do mencionado Termo de Encontro de Contas e seus aditivos.

Em razão do expressivo montante do crédito, desde o seu reconhecimento pelo Estado de Goiás, intenta-se sua monetização mediante financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com caucionamento, a título de garantia, de 41,08% das ações da Companhia CELG de Participações – CELGPAR, holding do Estado que passou a deter o controle da CELG D e CELG G&T no processo de reestruturação societária associado à desverticalização antes mencionada. Todo o volume de recursos a ser liberado à CELG D, por conta da monetização desse crédito, está condicionado à liquidação de passivos onerosos e dívidas intra-setoriais, em especial com o grupo Eletrobrás.

Em 25 de março de 2009, por meio do Ofício nº 302/2009-GAB, do Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, enviado à Presidência da CELG D, esta empresa foi informada de que aquela Secretaria aguardava manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, sobre o pleito do Estado para elevação do seu limite de endividamento, na ordem de R\$ 1.350 milhões, o que permitiria encaminhar o saneamento das obrigações atualmente em aberto com esta empresa, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal pactuado entre a STN e o Governo do Estado de Goiás. Esta Administração tem perspectiva de solução definitiva da pendência ainda no primeiro semestre de 2009.